



# PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — ANO IV — N.º 39 — SÃO PAULO, AGOSTO DE 1960 — Caixa Postal 4.469

## SALAZAR, ANGOLA E A VIAGEM

Antes da última guerra, Salazar fez graves concessões aos alemães em Angola, e só um movimento de todos os setores da opinião pública não comprometidos com o nazismo, mesmo de alguns monarquicos como Paiva Couceiro, evitou que Hitler tivesse nessa colônia portuguesa uma base de operações contra os aliados. Hoje, novamente Salazar quer entregar Angola aos alemães, desta vez para completar os entendimentos de Franco com Adenauer, fornecer à Alemanha meios de expansão, torná-la a maior potência militar da Europa ocidental, isolar a França e, mediante a ocupação militar da colônia portuguesa, esmagar pelo terror o movimento de resistência ao fascismo. Macmillan disse a Salazar que não contasse com a Inglaterra para a sua cruzada colonialista e o ditador recorre mais uma vez aos seus amigos e cúmplices alemães, partindo do princípio, aliás certo, de que um governo como o de Adenauer, que admitiu como ministro o criminoso de guerra Oberlander, está indicado para exercer o terror contra as populações de Angola.

O ministro da defesa de Bonn, Franz Strauss, depois de entendimentos preliminares, foi a Lisboa e o ministro da defesa português, Botelho Moniz, passou agora dez dias na Alemanha.

O problema deixou a área do rumor, para o da notícia internacional.

O jornal "Le Monde" de 13 de Julho diz o seguinte: após uma conferência em Bonn entre Franz Strauss e Botelho Moniz estes fizeram uma declaração em que se afirma a disposição do governo português de conceder à Alemanha Ocidental, em várias partes do seu território, depósitos militares.

Paralelamente, um acordo é firmado pelo qual o governo português recebe grandes quantidades de material eletrônico, o qual já seguiu para Angola.

Assim temos a preparação de bases do último tipo, e se considerarmos que por Angola passa o urânio de Katanga, e que mesmo em Angola existe urânio, não é difícil concluir a natureza dessas bases e o perigo que representam para todos os povos africanos. E para o povo português, pois qualquer ação partindo dessas bases contra os africanos passa imediatamente a ser um problema internacional e a União Soviética intervirá ainda com maior violência do que em 1956 quando se deu a agressão ao Egito.

E' isto o que os Estados Unidos desejam? Será esta política de apoio às ameaças de Salazar e de Adenauer, agora contra os povos coloniais, que poderá dar prestígio aos Estados Unidos? O candidato John Kennedy que responda, pois foi um dos primeiros na América do Norte a levantar a voz contra o colonialismo da França na Argélia. E respondam também Adlai Stevenson, que considera "obsoleta toda a política de domínio colonial" e o outro provável secretário de Estado, Chester Bowles, que considerou o colonialismo salazarista, "o mais atrasado do mundo".

Mas que nos diga também o secretário da ONU, Sr. Dag Hammarskjöld, se a instalação de bases em Angola pode ser feita no quadro da ONU, pois na declaração de Franz Strauss-Botelho Moniz se diz que os "depósitos militares", serão "instalados dentro do espírito da ONU". Que espírito é esse que se volta contra o próprio espírito da Organização das Nações Unidas e se dispõe a uma cruzada bélica contra os povos africanos? E' preciso também dizer bem alto que se pretende envolver o Brasil nesta manobra.

Salazar queria com a visita do presidente Juscelino Kubitschek a Portugal obter uma cobertura neste lado do Atlântico à sua política colonial realizada com o apoio e sob a direção militar dos alemães.

O presidente seria surpreendido com a presença "ocasional" em Portugal do ditador Francisco Franco pretendendo-se dar ao mundo a impressão de que o Brasil se associava pelo capcioso "Tratado de Amizade e Consulta" ao "Pacto Ibero" e, pela presença do Sr. Juscelino Kubitschek, às aventuras dos dois nazistas peninsulares.

Aproveitando e explorando, com sua habitual frieza e amoralidade, os sentimentos de afeição do povo brasileiro, e do presidente Juscelino Kubitschek pelo povo português, intentavam os dois criminosos de guerra da Península envolver o Brasil e o seu presidente nos seus compromissos com os grupos militaristas da Alemanha Ocidental.

Denunciamos a todos os portugueses a tentativa de entrega de Angola aos alemães pelo governo de Salazar; denunciamos aos povos africanos o perigo que correm com este sistema de bases militares no coração da África; denunciamos aos candidatos democratas dos Estados Unidos as manobras de Salazar, Franco e Adenauer que só podem trazer desprestígio aos americanos se não forem repelidas imediatamente; denunciamos ao secretário da ONU o perigo da instalação dessas bases na África.

E tomamos a liberdade, em nome de um infinito amor pelo Brasil, de avisar o grande presidente Juscelino Kubitschek e o nosso amigo de sempre que é o vice-presidente João Goulart, das aventuras em que pretendem envolvê-los os dois ditadores da Península Ibérica.

PORTUGAL DEMOCRATICO



FRANCO — KUBITSCHKEK — SALAZAR

## O INFANTE D. HENRIQUE, SALAZAR E O BRASIL INCOERENCIA

PORTUGAL DEMOCRÁTICO não dente; se não se tratasse de um civilizado projecto de envolver as glórias do passado nas vergonhas do presente; se não se tratasse de, mais uma vez, com o estridor das comemorações, amoldar o povo português — nem Salazar, nem os seus emissários, nem a sua clientela, nem os seus amigos, nem os seus admiradores, nem os seus cúmplices — se importariam tanto com as comemorações henriquinas, nem com a presença delas do Presidente que, contra eles todos, autorizou a Conferência Sul-Americana Pró Amnistia dos Presos e Exilados Políticos de Portugal e da Espanha. Trata-se apenas de enxovalhar, de misturar, de confundir, de reduzir tudo àquela escala de reles sustentação no poder, que é toda a política de Salazar. Trata-se apenas, como sempre, de TRAIR. Trair o povo português na sua liberdade, trair o povo brasileiro na sua democracia, trair o presidente do Brasil, no seu prestígio, trair as glórias de Portugal na sua pureza, trair tudo. Não fosse uma traição, e Salazar não se empenharia tanto. Não fosse uma traição, e os seus cúmplices não o seguiriam. Não fosse uma traição, e a boa-fé do Brasil apenas os faria rir.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO não lamenta que um Presidente do Brasil vá a Portugal, e que Salazar pretenda prestigiar-se com isso. Nada nem ninguém o pode prestigiar. Grato e respeitoso do Brasil, PORTUGAL DEMOCRÁTICO lamenta, sim, que a nação que caminha à frente da América do Sul perca um minuto sequer do seu presente e do futuro ignorando quem é Salazar e o que ele significa: uma ameaça viva a tudo o que, no mundo, seja liberdade, dignidade e justiça. Nada mais.

Se não se tratasse de um desesperado anseio de comprometer a democracia brasileira na pessoa do seu Presidente...

## CACILDA BECKER E O OUTRO LADO DO ESCUDO

ENTREVISTA PAGINA QUATRO

## BEVAN

"NEW STATESMAN"

Pede-se a UM DEMOCRÁTICO o favor de entrar em contacto, logo que possível, com a nossa Redação, para assunto relacionado com aquele semanário britânico.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO não pode deixar passar em silêncio a morte de Aneurin Bevan, grande figura popular da Inglaterra, velha aliada de Portugal, e grande lutador da democracia, a nossa aliança de trinta e quatro anos de oposição à ditadura de Salazar.

A Imprensa universal notificou com o devido relevo, embora nem sempre com justa compreensão, a propósito de sua morte, o que foi a vida de Aneurin Bevan, um dos homens do nosso tempo a quem a causa da paz, da democracia, da justiça e da segurança social mais deve. Mas não recordou, e a nós nos cumpre recordar, que essa nobre figura de antifascista, esse líder do socialismo britânico, esse político que, de origem humilde, se impôs ao respeito até dos seus adversários mais encarniçados, não obteve autorização do Governo de Salazar para visitar Portugal, onde fora convidado a fazer conferências. Bevan não pôde visitar Portugal, nem mesmo renunciando a falar do trabalhismo inglês...

No momento em que desaparece da cena mundial mais um dos grandes políticos que souberam quem Salazar era, e que Salazar não autorizou a que pisasse a terra portuguesa, PORTUGAL DEMOCRÁTICO saudava comovidamente essa notável figura de democrata, e chama a atenção dos seus leitores e dos seus amigos para a duplicidade sinistra de um Governo que tudo fez para evitar a visita particular do criador do Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha e para obter a esmola de uma visita oficial do fundador da Brasília...

## A COMUNIDADE DE ESTADOS PORTUGUESES

por JORGE DE SENA

PAGINA CINCO

Num salão da Faculdade de Engenharia do Porto pronunciou, no dia 26 de Maio último, o ministro da Economia da Ditadura uma conferência tendente a justificar aos olhos do público português o sistema de condicionamento industrial em vigor.

Não é este, evidentemente, o lugar em que poderíamos criticar ou aplaudir os defeitos e qualidades do condicionamento industrial tão do agrado de Sua Excelência e que tanto desagradava ao seu antecessor, o famoso cómico esquisofrênico Ulisses Cortez que, durante quase uma década, dirigiu a economia do país no tempo que lhe deixavam livre as sessões de electrochoque. Já sabemos que a escolha desse ministro e do seu impagável subsecretário do Comércio e Indústria tiveram apenas como objetivo lançar integralmente a economia do país nas mãos das grandes concentrações capitalistas que, considerando exclusivamente os seus interesses imediatos, garantiam a continuidade da política do Chefe, isto é, manter o país na ignorância e na miséria, único meio seguro de garantir a sua obediência.

O Prof. Ferreira Dias sucedeu, na escolha do chefe, ao famoso ministro louco, para que se pudesse dizer às nações do Mercado Comum e da Zona de Trocas Livres que Portugal fazia um esforço sério de industrialização e por isso merecia um tratamento especial até que a sua economia pudesse concorrer com as outras nações europeias. Foi realmente esse tratamento especial que, para nossa vergonha, tivemos de esmolar nas reuniões preparatórias do acordo dos sete, pois, conforme disse o ministro na citada conferência:

«O poder de concorrência internacional da indústria portuguesa é baixo (em muitos casos, nulo) mas temos que o aumentar, como forma, talvez única, de sobrevivência: — para isso é necessário reequipar e modernizar essa indústria e substituir nela todo o empirismo e toda a intuição por processos objetivamente científicos.»

O que não se compreende é como o ministro vai poder desacatar os ordens de Salazar, introduzindo na indústria «processos objetivamente científicos».

Pois não foi exatamente para evitar a introdução desses processos científicos que se fecharam as escolas primárias pelos postos de ensino, que se pagam aos professores salários de miséria, que se afastaram, dos liceus e universidades os professores mais competentes? Não foi ainda com o mesmo objetivo que se recusou a proteção aduaneira às indústrias nascentes e se procurou fazer acreditar que bastava uma moeda forte para assegurar a prosperidade?

Os próprios meios utilizados para manter a estabilidade monetária não serviram simultaneamente os sinistros objetivos do salazarismo: fome e ignorância?

Decididamente, senhor ministro: se quiser ser tomado a sério pelo povo português, consiga que o presidente do Conselho declare que se enganou, que toda a sua política passada estava errada. Que declare também que ler, escrever e contar nunca foi, e hoje menos que nunca, suficiente para a maioria dos portugueses que não pretendem ser apenas capazes de obedecer mas que pretendem introduzir CONSCIENTEMENTE, nas suas atividades, PROCESSOS OBJETIVAMENTE CIENTIFICOS.

Consiga isso, senhor ministro, e bem merecerá da Pátria. Se o não conseguir, cale-se e demita-se, se não quiser fazer figura de palhaço.

# NOVO VEXAME PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

A situação do sinistro «cabo Costa» continua sendo um espínho enterrado na carne de todos os militares honrados do nosso país. O capitão que chegou a coronel sem um dia de quartel acabou sendo promovido a Brigadeiro, ficando mesmo colocado como o oficial mais antigo neste posto! A Junta Militar de Lisboa divulgou recentemente em Lisboa um protesto contra este caso inaudito, no qual revela os detalhes desta promoção e os gormenores da manobra de Salazar que, afinal, ao afastar o seu Ministro da Defesa nada mais fez do que ludibriar o exército português. Recordam os membros da Junta que quando Santos Costa se candidatou ao posto de brigadeiro «as acusações que foram tornadas públicas e largamente circularam pelas unidades e serviços eram suficientes para justificar a abertura de um inquérito escrupuloso aos atos do antigo Ministro

da Defesa». Não se procedeu assim, como era de esperar, e depois duma dança e contra-dança de boatos e informações, o cabo Costa acabou sendo promovido a Brigadeiro, num momento em que não existia a respectiva vaga. Mas o salazarismo foi ainda mais longe e, nos últimos dias de Dezembro, o Tribunal de Contas visou esta promoção ilegalmente, pois Santos Costa atingira dez dias antes o limite de idade no posto de Coronel e portanto, segundo a lei, deveria passar compulsoriamente à reserva.

Mas como se esta ilegalidade não bastasse o novo Ministro do Exército mandou contar a antiguidade do novo brigadeiro a partir de 1953 convertendo-o assim no brigadeiro mais antigo!

Recentemente estalou novo escândalo: o «Brigadeiro» Santos Costa foi nomeado pela Presidência do Conselho para presidir à Comissão

encarregada de reunir e seleccionar a documentação referente à atitude de Portugal durante a última guerra... Na verdade, esta nomeação parece provar que Salazar, sentindo-se novamente seguro, pretende vexar ainda mais o Exército português. Ninguém desconhece o papel de Santos Costa durante a guerra, procurando a todo o custo envolver o nosso país no conflito ao lado dos nazistas. Pois é este homem quem, directamente interessado em fazer desaparecer quanto prove as suas simpatias pelo eixo Roma-Berlim-Tóquio, é agora nomeado para dirigir a comissão de documentação sobre a nossa posição na última guerra.

Até quando o Exército português suportará estas afrontas?

## Centro Republicano Português

**CINCO DE OUTUBRO** — Sob a presidência de Sua Exa. o sr. General Humberto Delgado, realizou-se na sede do Centro Republicano uma reunião, a fim de se iniciarem os trabalhos preparatórios das comemorações do «Cinco de Outubro». Para tratar dos diversos problemas decorrentes, foram escolhidos, para a comissão organizadora central, os corpos gerentes do Centro Republicano Português (que uma vez mais patrocina as comemorações), dois representantes do jornal «Portugal Democrático», dois do «Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão» e dois da Associação «General Humberto Delgado». Os diversos organismos citados já confirmaram o seu desejo de integrarem a comissão organizadora.

**BIBLIOTECA** — A campanha continua aberta e os livros para a Biblioteca do Centro Republicano começaram a afluir. A escritora D. Maria Archer ofereceu diversos volumes, assim como o escritor Jorge de Sena mandou um dos seus últimos trabalhos. De Portugal, o escritor Assis Esperança mandou quatro das suas obras.

**COBRANÇA** — Voltamos a lembrar aos nossos associados que providenciem no sentido de pagarem periodicamente as suas cotas, a fim de facilitar o trabalho da Secretaria.

**“O ULTRAMAR PORTUGUÊS NA CONJUNTURA AFRICANA”** — O jornalista sr. Pedro Rocha proferirá no mês de agosto, na sede do Centro Republicano, uma conferência sobre «O Ultramar Português na Conjuntura Africana». Solicitamos e agradecemos a presença não só dos democratas portugueses, mas também daqueles que se interessam pelos momentosos problemas do Continente Negro.

**BOLETIM DO “CINCO DE OUTUBRO”** — O Centro Republicano Português vai editar um Boletim (n.º único) comemorativo dos 50 anos da Implantação da República e dos 52 anos de existência do próprio Centro. Todos os que quiserem colaborar, poderão enviar os seus trabalhos até 30 de agosto, desde que neles se comentem quaisquer fatos ou incidentes relacionados com o passado, o presente e o futuro da República Portuguesa ou as questões do intercâmbio cultural luso-brasileiro.

# O terror policial contra a democracia

Enquanto os 52 detidos do ano passado continuam aguardando na prisão o julgamento, anunciado para breve no Tribunal Militar de Luanda, agudiza-se cada vez mais a repressão militar e policial em Angola.

Preparavam-se no Congo as Festas da Independência e, ao mesmo tempo, em Angola eram presos mais 52 africanos, nas regiões do Lobito, Luanda, Malange e Dalatando. Os detidos são na maioria funcionários públicos e trabalhadores dos Caminhos de Ferro.

Entre os presos conta-se o DR. AGOSTINHO NETO, médico e poeta negro. Importa salientar quem é Agostinho Neto.

E' dos poucos negros angolanos que conseguiu tirar um curso superior à custa de muito trabalho e sacrifício. Terminado o curso liceal, começou a trabalhar como funcionário público para ganhar a sua vida. Mais tarde obteve uma bolsa de uma missão protestante estrangeira e conseguiu partir para Portugal a fim de tirar o Curso de Medicina e poder um dia regressar à sua terra preparado para servir o seu povo. Estudou em Coimbra, onde foi dirigente da Casa dos Estudantes do Império, a seguir em Lisboa, onde concluiu o curso e a especialização em Medicina Tropical. Em Lisboa o interesse de Agostinho Neto pelos problemas sociais e humanos começa a revelar-se. Um dia foi preso, com outros estudantes, por recolher assinaturas a favor da Paz.

Em 1954 foi eleito membro da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática Juvenil. Em consequência das suas actividades democráticas foi preso de novo em 1955, com dezenas de outros jovens estudantes e trabalhadores, e submetido a julgamento. Como não lhe foi concedida fiança, esteve cerca de dois anos preso. Agostinho Neto, na sua vida escolar, na prisão e em julgamento deixou sempre à sua volta uma viva impressão de dignidade e firmeza, criou inúmeras amizades entre a juventude e nos meios democráticos em Portugal.

Havia regressado a Angola há poucos meses, depois de uma ausência de longos anos. No dia 8 de Junho, foi preso pelo Diretor da Pide em Angola, o famigerado Anibal San José Lopes, que não hesitou em o insultar e agredir em público, no próprio acto da prisão.

### AUMENTA O TERROR EM ANGOLA

«A Pide, armada de metralhadoras, controla permanentemente os bairros indígenas. Todos os aparelhos de rádio suspeitos de escutar as emissões de rádio de Brazzaville ou de Leopoldville são sistematicamente destruídos. As rusgas e assaltos da polícia fascista sucedem-se, criando na população um verdadeiro regime de terror.»

E' com estas palavras dramáticas que o nosso correspondente em Angola nos anuncia novas medidas terroristas dos chacais salazaristas, e a prisão, a 25 de Junho, do PADRE JOAQUIM PINTO DE AGUI-

AR, o único africano Doutor em Teologia, do Arcebispado de Luanda.

Monsenhor Joaquim Pinto de Aguiar, já foi transferido, sob escolta, para Lisboa.

### QUANDO OS LOBOS JULGAM

Além dos importantes julgamentos dos implicados na tentativa revolucionária de 12 de Março e do processo dos economistas, ainda em curso e a que nos referiremos na próxima edição, anotamos a seguir mais algumas condenações:

No Plenário Criminal da Boa Hora, foram julgados os operários corticeiros João Cravo, de 35 anos, Luciano dos Santos, de 37, e José de Sousa Lamy, de 36, acusados de actividades subversivas.

Depois do interrogatório, depuseram algumas testemunhas de acusação e numerosas testemunhas de defesa. Nos debates tomaram parte o patrono dos acusados, sr. dr. Duarte Turras e o juiz-adjunto do Procurador da República, dr. Lopes de Melo.

A sentença condenou João Cravo em dois anos de prisão maior; Luciano dos Santos, em dois anos e quinze dias de prisão maior e Sousa Lamy em dois anos e um mês de prisão maior. Cada um foi condenado na perda de direitos políticos por quinze anos e medidas de segurança de internamento por períodos de seis meses a três anos, prorrogáveis.

O Tribunal condenou o sr. Laurentino Machado, pintor, de Vila Franca de Xira, em dois anos e um mês de prisão maior; os srs. António Diamantino Nabais, serralheiro, do Fundão, e José Francisco Casquinha, pintor, de Alverca, em dois anos de prisão maior cada um também, assim como ao primeiro, em medidas de segurança e internamento de seis meses a três anos, quinze anos de perda de direitos políticos e mil escudos de imposto; o sr. Albano Gonçalves, serralheiro, de Vialonga, em vinte meses; os srs. Abel da Silva Ferreira Balata, trabalhador, de Santa Maria de Azoia, Loures, em dezesesseis meses; e o sr. Francisco Santos Branco, em dezoito meses, tendo os três perda de direitos políticos por cinco anos, mil escudos de imposto e as penas suspensas por quatro anos.

### “OFÍCIO DE TREVAS”

Já em todas as boas livrarias, o livro de poemas do nosso companheiro de redacção CARLOS MARIA DE ARAUJO.

Não só por solidariedade para com este companheiro, mas ainda pela qualidade lírica de seus poemas, aconselhamos o Leitor a adquirir OFÍCIO DE REVAS.

Se você Leitor de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, não morar numa grande cidade, peça, por reembolso postal, OFÍCIO DE TREVAS, quer para a Editora Livros de Portugal (Rua da Alfândega, 88, Rio de Janeiro), quer para a nossa Redacção.

OFÍCIO DE TREVAS é ilustrado pelo consagrado desenhador brasileiro Clóvis Graciano.

# O CASO AQUILINO RIBEIRO

- ◆ Protesto de intelectuais franceses
- ◆ Proibida a entrada em Portugal do delegado da Associação Internacional dos Juristas

O caso Aquilino Ribeiro continua na ordem do dia. Alguns dos maiores escritores franceses tornaram público em Paris um protesto contra as perseguições de que é vítima o grande romancista português. Depois de historiarem para a opinião pública da França o processo Aquilino, que os nossos leitores já conhecem, os intelectuais franceses afirmam: «Os escritores abaixo assinados manifestam a sua estupefação pelo fato de um romancista de tal qualidade, de uma dignidade intelectual e moral indiscutível, poder ser vítima de um processo judiciário, unicamente devido à sua obra literária. Chamam a atenção da opinião pública para a situação de Aquilino Ribeiro e esperam que as medidas tomadas contra ele sejam brevemente dadas sem efeito.»

O protesto vem assinado por nomes de tôdas as tendências políticas e religiosas, desde Jean Schulemberger, presidente de honra do PEN Clube Internacional, até três académicos bem conhecidos: André Maurois, de grande renome em Portugal, François Mauriac, o grande romancista católico e Jules Romains, além de Jules Supervielle, um dos maiores poetas franceses, há pouco falecido, Raymond Queneau e Jean Paulhan, diretores das edições Gallimard, Pierre Abraham, Louis Aragon e André Kedros, romancistas traduzidos no nosso país, Jacques Bens, Jean Blanzat, Yves Berger, Pierre Gamarra, Yves Gandon, René Jouglet, Jacques Lemarchand, François Monod, Lucien Psichari, Yves Regnier, Armand Robin, Emile Tersen, Elsa Triolet, romancista e contista bastante difundida entre nós, e Paul Vialar.

Por outro lado, o advogado francês Roger Supervielle, que fôra delegado pela Associação Internacional dos Juristas para defender mestre Aquilino foi proibido de entrar em Portugal, no dia 12 de julho. O dr. Supervielle não só não pôde conferenciar com o romancista, que se acha em liberdade provisória, nem com os seus defensores portugueses, mas também ficou, durante duas horas, sob a vigilância de agentes da PIDE sem poder telefonar nem telegrafar, sendo obrigado a tomar o primeiro avião que partiu do aeroporto de Lisboa para Paris.

QUANDO OS LOBOS JULGAM

A JUSTIÇA UIVA

TEXTO INTEGRAL DA ACUSAÇÃO E DEFESA NO PROCESSO DE AQUILINO RIBEIRO

EDITORA LIBERDADE E CULTURA SÃO PAULO

## Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

### O CABO COSTA E O CORONEL MAGRO ROMÃO

Este cabo Costa chegou a coronel sem um dia de quaresma, por obra e graça de Salazar, que o fez ministro da Guerra e depois ministro da Defesa, tudo pelo curto espaço de duas dezenas de anos, onde o bicho engordou e foi pondo galões nos braços, além de muita bagalhoça na mochila, segundo rezam as más línguas com seus visos de verdade, pois que nem o seu sucessor na pasta da Guerra, nem o próprio ditador, querem desmentir.

O Magro Romão, esse avançou nos dinheiros da tropa a modos de burro faminto em capim de terreno maninho, fiado na proteção do seu chefe e na eternidade da chefatura em que também o Santos Costa acreditava. Naquele tempo era, ou supunha que vigorava, uma só das modalidades do sapateiro de Braga: comiam todos!

Afinal Romão, Costa, ou qualquer daqueles graduados que comandam e ocupam o território nacional como se fora dum país conquistado, pouco se importam das contas que um dia prestarão ao povo que tiranizam e violentam, roubando-lhe a liberdade e a independência. E só uma vez por outra, havendo de passar a Caixa ao sucessor, que ainda não faz parte da confraria, se enquadram no artigo do Código que qualifica de estelionato o déficit encontrado na conferência, mas caso muito raro, como foi agora, e por o maioral, encobridor das roubalheiras, ter caído na desgraça do ditador.

Das magrezas do Romão e seus esforços para desmentir o chamadouro, nos fala o Tribunal de Viseu e conta o jornal "O Século" de 11 de Maio deste ano.

Um ror de testemunhas de defesa em que predominam os galões grossos, e entre elas o cabo Costa, que agora nos aparece fantasiado de brigadeiro.

O depoimento dele é um poema de descaramento de certeza de impunidade, da imoralidade sem vislumbre de pudor, que se apossou da consciência da tropa, moldada pelo cabo Costa, dezenas de anos à sua imagem e semelhança.

Escrúpulos de não gastar os dinheiros públicos sem documentos comprobativos e sem autorização legal?

Isso era naqueles tempos ominosos da República ou da monarquia liberal, escrúpulos burgueses, moralidade de meia tijela, cautelas desnecessárias.

No Estado Novo se dispensam essas escritas e contabilidades antiquadas. O ministro diz: pague-se tanto. E é quanto basta.

Meu exagero? Não senhor. Ouçamos o que se passou no Tribunal Militar de Viseu.

O juiz auditor perguntou à testemunha (o cabo Costa):

"V. Exa. autorizou, verbalmente, as obras e gastos sem caderno de encargos, sem fiscalização, etc?"

Resposta do cabo Costa:

"Sim senhor. É usual. Veja-se, por exemplo o que se tem feito no Sanatório do Exército no Caramulo; no Forte de São Julião da Barra e no do Estoril; na sede da Cruz Vermelha, em Lisboa, etc., obras todas sem processos nem orçamentos e sem entrarem as suas despesas nos cofres do Estado. Um ministro tem competência para as autorizar."

— Mas não consta, afirmou o juiz auditor, que o sr. coronel Romão fosse ministro, e o melhor é ficarmos por aqui, pois pode-se pôr a hipótese da autoria moral, sendo o réu apenas o executante.

E ficou mesmo!

Mas nós outros que não temos a Pide a deitar-nos a mão, nem a censura a tapar-nos a boca, perguntamos:

"Para essas obras sem processos nem orçamentos e sem entrarem as suas despesas nos cofres do Estado, donde vinha o dinheiro? De Moscou, pensamos que não."

Que a América do Norte aí deitou água-benta e muitos dólares, por conta do aluguel das bases dos teleguiados e para aquela tropa aliada se acomodar, parece evidente, pois não consta que esse negócio da China das obras com conta de saco, da China tivesse vindo.

O Infante D. Henrique morreu em Sagres, a 13 de Novembro de 1460, tendo nascido no Porto, a 4 de Março de 1394. Jaz no mosteiro da Batalha, como seus irmãos e seus pais. Era o quinto filho do matrimónio de D. João I (filho bastardo de D. Pedro I e fundador da Dinastia de Aviz, após a Revolução Nacional que o levou ao trono e consagrou a independência ameaçada pelas pretensões dinásticas de Castela, na batalha decisiva de Aljubarrota em 1385) e de Dona Filipa de Lancaster, filha legítima do duque de Lancaster, John de Gaunt, que era filho de Eduardo III, rei de Inglaterra, e uma das personalidades mais influentes e poderosas da política europeia do tempo. A vida do infante D. Henrique atravessou os reinados de seu pai (falecido em 1433) e de seu irmão Duarte, e a regência de seu irmão D. Pedro (morto na batalha de Alfarrobeira); e seu sobrinho D. Afonso V reinava, ao tempo da sua morte. D. Henrique sobreviveu, de resto, a todos os seus irmãos legítimos, com excepção de D. Isabel que foi duquesa de Borgonha e mãe do célebre Carlos, o Temerário: D. Branca (1388-89), D. Afonso (1390-1400), D. Duarte I (1391-1438), D. Pedro (1392-1449), seus irmãos mais velhos; e D. Isabel (1397-1471), D. João (1400-1442), e D. Fernando, o "Infante Santo" (1402-1443). O rei D. João II, que seria o continuador mais decidido da política expansionista do Infante D. Henrique, tinha já cinco anos de idade, em 1460.

O Infante D. Henrique foi mestre da Ordem de Cristo, duque de Viseu (os primeiros duques portugueses foram criados por D. João I para ele e para o infante de Alfarrobeira.

*Não constitui segredo nem novidade para ninguém que elementos responsáveis da Igreja Católica deram enorme apoio aos ditadores Franco e Salazar. Dir-se-ia que as afirmações de catolicismo desses monstros, tantas vezes repetidas, fizeram esquecer a esses elementos o carácter anti-cristão e por consequência anti-católico dos regimes que comandam.*

*É claro que tal apoio não pode deixar de criar mal estar entre as populações da península, católicas na maioria, amantes da liberdade na sua quase totalidade. Por isso se compreende que elementos católicos esclarecidos procurem agora desfazer o mal entendido, proclamando a incompatibilidade das suas crenças e dos seus princípios morais com os métodos totalitários das ditaduras ibéricas.*

*Depois da carta que, em 1958, o Bispo do Porto dirigiu a Salazar denunciando a responsabilidade do governo no atraso económico e intelectual da Nação Portuguesa, assistimos à perseguição e prisão de padres e notórios católicos progressistas, cujas manifestações anti-salazaristas conseguiram irritar de tal modo o "Seráfico Inquisidor" que este, perdendo o habitual controle sobre si mesmo, veio a público acusar a Igreja Católica em Portugal de ingratidão pelo muito que por ela tinha feito.*

*Embora bem presentes na nossa memória os sacrifícios e execuções de padres e católicos durante a guerra civil espanhola nas regiões ocupadas pelos revolucionários comandados por Franco (e por Hitler), a impressão geral no Mundo era*

## Valores portugueses

# O Infante D. Henrique

por JORGE DE SENA

ra que foi duque de Coimbra), senhor da Covilhã, de Gouveia, de Lagos e de Alvor, das Berlengas, de Porto-Santo e da Madeira, dos Açores, isento dos quintos das presas devidas à corôa, detentor exclusivo da pesca do atum no Algarve, do monopólio do fabrico e venda de sabão, do monopólio do comércio ao sul-do Cabo Bojador, etc. Segundo um historiador ilustre, a casa do Infante D. Henrique foi, de 1430 até à sua morte, a mais poderosa força económica do reino português. Desde 1408, que, como seus irmãos D. Duarte (que só em 1400 passou a ser herdeiro do trono, por falecimento daquele D. Afonso que jaz em Braga no sumptuoso túmulo doado mais tarde pela irmã, a duquesa de Borgonha) e D. Pedro, seu pai lhe permitira que tivesse casa própria. Muito se tem especulado sobre a educação da "inclita geração", e sem dúvida que as obras que escreveram ou a cuja redacção presidiram (como é o caso de D. Duarte e D. Pedro), os documentos que firmaram e os escritos coevos ou quase coevos sobre eles todos redigidos, provam que os filhos de D. João I foram criados num ambiente de firme austeridade e de alta cultura. A personali-

dade de D. Henrique não tem o aspecto intelectual de seu irmão D. Duarte, a grandeza de espírito de seu irmão D. Pedro, a penetração diplomática da duquesa de Borgonha, a simplicidade viril de seu irmão D. João, o misticismo corajoso de seu irmão-mártir D. Fernando, nem a cavilosa ambição de Afonso, o irmão bastardo, que seria o primeiro duque de Bragança (e que, mais velho de todos, nasceu antes do casamento de D. João I, seria o que a todos enterraria). Mas participa do carácter deles, muito curiosamente, na clarividência persistente com que lança o seu país na expansão ultramarina, cujo início, a conquista de Ceuta, em 1415, empreendida por seu pai, é inspiração sua. Daí em diante, as navegações e as descobertas prosseguirão sistematicamente à sua ordem, equilibrando a fé, as importações e os monopólios, numa linha de conduta que tudo e todos sacrificia ou abandona, na política interna do reino e nos laços pessoais, à empresa de ampliar a cristandade, de descobrir novas terras, de colonizá-las, de estabelecer entrepostos comerciais, etc.

Príncipe de sangue, grande senhor, empresário devotado

de uma expansão africana, homem medieval pela aliança natural e sem malícia entre os interesses da fé e os interesses materiais, o infante D. Henrique foi um moderno, uma individualidade do tempo que hoje vemos desaparecer, ao lançar as bases do poderio em que assentaria a aventura imensa que colocaria Portugal, nos Séculos XV e XVI, na vanguarda da civilização. E', sem dúvida, uma das figuras decisivas da História Universal, embora para tal não seja necessário imaginar-lhe virtudes, visões proféticas, sonhos da Índia, e tudo o mais que a fantasia e a devoção tacanha lhe têm emprestado.

Na medida em que foi um magnate pertinaz, cabe aos banqueiros colonialistas de Salazar comemorar o quinto centenário da morte do homem que lhes abriu as portas da escravatura africana. Mas, na medida em que "deu novos mundos ao mundo", na medida em que transferiu Portugal da posição de principado ibérico para a de potência mundial, na medida em que compreendeu a importância de uma política económica expansionista e de desenvolvimento, o Infante D. Henrique não pertence ao Portugal de Salazar, mas ao Portugal Democrático: o que foi deposto com Sancho II, o que subiu ao trono com D. João I, o que foi morto em Alfarrobeira com o Infante D. Pedro, o que seguiu o Prior do Crato, o que pensou em república em 1640, o que inspirou certos aspectos da política do Conde de Castelo-Melhor e do Marquês de Pombal, o que lutou pela liberdade nas Lutas Liberais, o que implantou a República, o que há 34 anos combate o despotismo de Salazar.

atualmente a de boa paz entre a Igreja e o ditador.

*E' por isso que se reveste do maior significado a carta que 339 padres bascos endereçaram, no passado dia 30 de Maio, aos seus Bispos de Vitória, San Sebastian, Bilbao e Pamplona, para protestar contra as características totalitárias e anti-cristãs do fascismo espanhol.*

*Algumas passagens dessa carta mostrarão aos nossos leitores os termos enérgicos e corajosos em que está moldada e permitem-nos confirmar o divórcio completo existente entre a ditadura de Franco e o povo espanhol:*

## IGREJA CATOLICA E Fascismo Ibérico

Prof. JOSÉ ANTUNES

*"Obedecemos a um imperativo de consciência que nos impõe de nunciar o abismo que cada dia se cava mais entre nós e as almas confiadas à nossa orientação."*

*"Seria desastroso não dar o justo valor a uma situação que pode comprometer por várias gerações o futuro da Igreja nas nossas dioceses."*

*"A liberdade é um dos direitos mais sacrossantos, mais invioláveis que o Estado deve reconhecer e respeitar."*

*"Estamos sinceramente convencidos de que, nem os indivíduos, nem as classes, nem os povos que compõem a comuni-*

dade política espanhola gosam de liberdade suficiente."

*"Desde que dura o regime atual há 24 anos, homens são encarcerados durante meses e anos para serem levados, ao cabo dum prazo que depende do arbítrio dum governador, dum diretor de polícia ou dum ministro, perante um tribunal especial sob a gravíssima acusação de "rebelião contra o Estado" porque tiveram a coragem de não considerarem infalíveis os seus governantes."*

*"A verdade é que todos os elementos de poder, todos os lugares de autoridade e de influência política, desde as pas-*

*não permite exprimir juízos sobre a atividade dos organismos políticos, económicos e sociais do país, nem combater uma propaganda unilateral, nem elaborar idéias compatíveis com a lei natural e divina."*

*A carta conclui, com energia:*

*"Regeitamos todos estes processos e este sistema totalitário porque são anti-naturais e anti-cristãos."*

*Esta violenta explosão de cólera dum clero que se sente falhado na sua missão religiosa é o resultado de anos de angústia e opressão.*

*Não poderão as graves acusações que nessa carta ficam feitas ser ignoradas pelas mais altas esferas da Igreja. Esperamos que Roma saiba empregar a imensa influência de que dispõe nos dois países católicos para ajudar a passar, com o mínimo de sobressaltos e violências, dos regimes que agora dominam a península, para outros em que as leis naturais e cristãs, isto é, as leis da dignidade e da alegria, sejam livremente seguidas por dois povos infelizes.*

### "OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS"

A administração de PORTUGAL DEMOCRÁTICO satisfaz quaisquer pedidos que lhe sejam enviados do livro da escritora portuguesa Maria Archer, "OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS". Cada volume, Cr\$ 200,00 (encadernado Cr\$ 300,00). Como informámo-lo oportunamente, trata-se de uma obra do maior interesse para quantos desejem conhecer como decorrem os julgamentos políticos no "paraíso" de Salazar. Pedidos à Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, Caixa Postal, 4469, São Paulo, Brasil.



Uma vez por outra, companhias de teatro brasileiras atravessam o Atlântico para entrar naquela ponta de Europa onde se fala a mesma língua: Portugal. Os resultados têm sido bons. Aquela moeda forte (só forte do lado de fora) ainda ilude os que do lado de fora estão. E o público sai para ir ao teatro ouvir a doce língua falada no Brasil, um pouco à procura do exótico, um pouco por tudo afinal, sempre ignorando o Brasil, como o Brasil sempre vai ignorando Portugal. O Atlântico não se cansa de levar e trazer as pátrias irmãs a visitarem-se uma à outra. Mas, apesar das companhias de teatro, dos tratados de amizade, dos intercâmbios e dos grandes torneios esportivos, as duas irmãs permanecem desconhecidas apesar de irmãs. E' por isso que a visita a Portugal ainda hoje constitui, para a maioria dos brasileiros, uma descoberta e uma revelação turística, geográfica e humana. No regresso ao Brasil e depois de ter visto a Europa, o viajante faz uma passagem breve pelo velho Portugal e volta com a palavra novidade na boca! E depois é um tal de elogiar as ruas, os vinhos, as praias, e tudo o mais que, afinal nos outros países também existe e que lhe parecia impossível Portugal ser capaz de ter.

Acontece que, uma vez por outra também, alguém de mais interessado nas paisagens turísticas que nas humanas, pisa o solo luso... Cacilda Becker, como quem pisa mais um palco, soube espreitar por trás do seu pano de cena o público que ali se encontrava, analisando rosto por rosto, toda aquela massa de gente para quem se exibiu numa língua igual à sua. Cacilda Becker, inteligente, não podia deixar de ser procurada pelo P.D. e imediatamente começou a falar, não das ruas, nem dos vinhos, mas sim do que concluiu dessa análise, e daquilo que a maioria dos nossos amigos brasileiros, ainda quando vêm, preferem calar, em nome da chamada amizade luso-brasileira.

Fui a Portugal sem qualquer intenção de criar problemas, daqueles que evidentemente poderiam surgir se contrariássemos as leis e os princípios do regime português, que daqui conhecíamos sobejamente. O nosso propósito era ganhar lá escudos, dinheiro que nos permitisse cobrir as despesas que teríamos de fazer para participar do Festival do Teatro das Nações, em Paris, e uma grande excursão de caráter cultural pela Europa. E como não era nossa intenção criar problemas, eles não surgiram, pelo menos com gravidade.

Mos, Cacilda, afinal você teve de enfrentar a censura. As peças de seu repertório não eram do tipo de criar dificuldades aos princípios morais dos censores portugueses?

Bem, a COMPADECIDA de Ariano Suassuna, passou pela censura, após uma rigorosa análise. Soubemos depois que ao teatro Experimental do Porto, dirigido por António Pedro, ela havia sido recusada e proibida de ser representada. Todas as dificuldades que parecia haver na censura quanto a

sura, achou-a um departamento hostil ou entregue às mãos de funcionários grosseiros?

Poder-se-ia supor que são uns carrascos. Mas não. Foram para mim, senhores delicados, eficientes e com o à-vontade de quem tem o poder nas mãos. Nunca se negaram a qualquer esclarecimento sobre o critério usado para a sua censura... Nunca foram desatentos às inúmeras questões que lhes impus, comparando inclusive o estado do teatro português em relação ao que havíamos conseguido aqui no Brasil. Nunca, porém, deixaram de responsabilizar os atores portugueses, as organizações portuguesas, pelo estado mau do seu teatro. No entanto, tive o grato prazer de reconhecer em Laura Alves, Eunice Muñoz, em Maria Lalande, etc., grandes expressões artísticas do teatro português. Senti-as, no entanto, sempre, desencantadas e amarguradas, como eu jamais o fui. Mas essa censura, para nós, estrangeiros, deu-nos uma impressão de muita organização! E deve ser, não?

Claro que é, Cacilda. A prática deles e o sofrimento dos que por lá passam há trinta e quatro anos, não a deixam mentir.

Acha que nesse estado de coisas podem nascer autores teatrais?

Bom, autores teatrais, podem nascer! E' lógico que morrerão. Haverá sempre autores, mas não haverá teatro, como haverá escritores, mas não acontecerá uma literatura. Afinal, quem escreve, se o faz já pensando iludir uma censura, está iludindo também os que vão ler,

# CACILDA BECKER

ENTREVISTA POR FERNANDO LEMOS

## E O OUTRO LADO DO ESCUDO

essa peça, se resumiam no temor de que os problemas religiosos nela expostos pudessem ferir o público português no seu catolicismo.

E a peça acabou sendo bem recebida pelo público?

Sim, mas acredito que num teatro frequentado por um público comum — coisa que não se dá com o Tivoli — essa peça, em particular, tivesse sido realmente entendida e aclamada. Veja-se que no Porto a levámos a pedido de todos os intelectuais da cidade e com um êxito retumbante.

SANTA MARTA FABRIL S/A, sofreu cortes nas partes em que fazia referências ao comunismo. Depois de explicações dadas aos censores, esclarecendo que essas referências eram ao comunismo no Brasil, a censura hábil e elegantemente preferiu ignorar até, que tanto na estória como nos dias seguintes, nós não tivéssemos tomado conhecimento do corte. E pronunciamos o texto na íntegra.

Os censores garantiram-nos ainda que não concederiam, a "elencos não categorizados", facilidades para representação de teatro moderno europeu e americano. E', baseada nessa afirmativa, que fazemos as suas censuras ao teatro português! Verificamos que todo o teatro assinado pelas novas correntes européias e americanas é, de qualquer modo, suspeito para eles.

A evolução de um teatro depende muito do repertório... Se esse repertório fica restrito ao que se pode considerar inócua, em qualquer caso, é óbvio que acontece aquilo que acontece em Portugal: o que se vê representado, é quase sempre mau. Os atores não têm estímulo e ambição.

Diga-nos realmente qual foi o estado em que encontrou o teatro português?

E' muito difícil resolver o problema do teatro português... Parece-me que essa falta de estímulo é a maior responsável pela crise do meio. Em todos os países é hábito, nessas crises, apelar para os diretores estrangeiros, por exemplo, para solucionar uma parte da crise por que passam os meios teatrais atrasados, e impedir que o teatro morra. O escudo é uma moeda forte e por isso não seria difícil importar gente. Mas a censura, tão violenta, além de inibir o teatro português, impediria que qualquer técnico estrangeiro decente se adaptasse a essas restrições absurdas e criminosas.

Nos seus contatos com a cen-

está-se iludindo a si-mesmo e está longe da verdade.

Os três meses que estive em Portugal foram bastantes para ver, através do seu olho teatral o que se passa com as caras das pessoas?

Sim, meu caro, todos os aspectos negativos da sociedade portuguesa estão colados até na indumentária das pessoas. E' curioso observar que o que mais prende as pessoas, além dos preconceitos de ordem moral, são os hábitos ancestrais. Aceitam tudo sempre que "vão a Paris", mas em Portugal recusam tudo o que lá aceitaram. O que, em nada, lhes poderia fazer abdicar dos seus princípios morais! Ficam sempre de fora nas próprias coisas que aceitam. Nota-se que toda a gente anda muito bem vestida, mas de uma só roupa e adquirida com muitos sacrifícios. Não nos iludimos quanto a ser isso um expediente para manter as aparências. Gente de teatro não se deixa enganar com essas coisas! Não por "intuição", meu caro! Procuramos nos informar e conhecer. Faz parte do nosso métier!

E' triste verificarmos que o homem português, pelo menos o da cidade, por falta de coragem para mostrar a sua pobreza, abdica do direito de reagir contra essa mesma pobreza, passando a iludir-se, cuidando da sua fisionomia, para iludir também os outros. O importante é salvar as aparências... A gente sabe, e tem o exemplo no nosso Brasil, que um homem mal vestido pode gritar na rua fazendo apêlos, mas o bem vestido, ou não está necessitado, ou está falseando a situação para, inclusive, não se tornar suspeito...

Quer dizer, Cacilda, que as pessoas andam por lá bem vestidas porque, no fundo, têm medo de parecer que vivem mal! Posso garantir-lhe que, infelizmente é assim.

E a situação da mulher portuguesa?

E' deprimente, principalmente considerando as qualidades humanas e maternais que lhe são atribuídas por nós também no Brasil. Tive ocasião de poder confrontar a situação com a de outros países e não me deixou dúvidas quanto ao estado humilhante e tacanho em que a mulher portuguesa se encontra. Comparando-a com a de outros países, a mulher portuguesa, com a sua tradição e os seus princípios morais, não conseguiu arrancar-se ao tédio do atraso e da de-

(Conclui na pag. 7)

# Os estudantes brasileiros contra o tratado de amizade e consulta

A União Nacional dos Estudantes, entidade máxima de coordenação e representação dos universitários brasileiros, enviou à imprensa um manifesto em que condena os objetivos da ida do Presidente Kubitschek a Portugal. Nesse documento, os jovens afirmam que, coerentes com o seu passado de luta contra os regimes despóticos ou de exceção e conscientes de representarem não só a voz dos estudantes mas de toda a nacionalidade, é que protestam contra um Tratado cujo principal objetivo «é o de atrelar os destinos do Brasil — gigante da democracia, baluarte da Liberdade — ao regime fratricida de Oliveira Salazar, representante de tudo quanto existe de decadente, retrógrado, pérfido e discriminador».

Também o Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em Belo Horizonte, e que contou com a presença de 900 delegados procedentes de todos os Estados do País, aprovou o relatório do presidente da UNE que condena os pactos luso-brasileiros de consultas, a serem brevemente assinados entre o Brasil e Portugal. Os estudantes criticam os termos do acordo e a viagem do Presidente Kubitschek a Portugal, que consideram «extemporânea e injustificável».

Por seu lado, os Estudantes Secundários do Estado de São Paulo dirigiram ao Presidente Kubitschek um manifesto em que igualmente expressam a sua desaprovação pela viagem a Portugal. Transcrevemos desse documento:

«Considera apenas que, se a liberdade, a justiça e o respeito à vida humana seriam razões da luta em que se empenha o povo irmão, embora contrariamente afirme

## U. P. E. B.

A UNIÃO PORTUGUESA DOS ESTUDANTES NO BRASIL (UPEB), em nota oficial recentemente distribuída à imprensa, torna público que «não é uma entidade político-partidária e repete quaisquer acordos ou manifestações que em seu nome possam ter sido emitidos no sentido de situar a instituição como caudatária de regimes totalitários», e que se pronuncia por sua diretoria, «unicamente em defesa, quando ameaçados os princípios democráticos preconizados pelos seus estatutos, em obediência à Declaração Universal dos Direitos do Homem».

A sua diretoria, eleita em assembleia de 28-5-60, é constituída pelos estudantes: Amaro M. da Costa, presidente; Jorge Ribas Soares, primeiro-vice; Henrique Barbosa dos Santos Bento, segundo-vice; Manuel Domingues, secretário geral; M. Augusto G. Marques, primeiro secretário; Manuel da S. Ferreira, segundo secretário; e padre José P. Torres, tesoureiro.

Portugal Democrático, ao mesmo tempo que saúda cordialmente a UPEB, oferece-lhe as suas colunas para tratamento e debate de problemas relacionados com a situação, direitos e liberdades dos estudantes portugueses.

## Com o General Delgado

A propósito da ilegal e arbitrária demissão do Senhor General Humberto Delgado, noticiada no último número de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, a União Portuguesa dos Estudantes no Brasil endereçou ao candidato eleito por todos os portugueses livres, o seguinte telegrama de solidariedade:

«A Sua Excelência Candidato Presidência Gal. Humberto Delgado. — Ao sofrer V. Excia. nova violência, intransigência Salazar estudantes portugueses solidarizam-se eminente líder democrata pela UPEB — Jorge Ribas Soares, 1.º Vice-Presidente — Manoel Domingues, Secretário Geral.»

Em resposta, o Sr. Gen Humberto Delgado telegrafou, agradecendo.

o tirano, arriscaria V. Excia. confiar naquele que falsifica eleições, assassina patriotas cuja única desgraça é tentar a liberdade, crime que o tirano não pode perdoar? Entrará num país esmagado pela fúria da injustiça? Vosso nome e fama de homem democrata serviria apenas de anteparo às barbaridades consumadas diariamente».

## Revele-se a verdade ao mundo

O movimento anti-salazarista que alarga cada vez mais o seu campo de ação, está decidido firmemente a não deixar passar a menor oportunidade de revelar ao mundo a verdade sobre o fascismo português. Assim, aproveitando a realização na Venezuela de duas reuniões internacionais da maior importância — o II Congresso Inter-Americano Pro-Democracia e Liberdade, realizado em Maracay, e o Congresso da Liberdade de Imprensa, efetuado em Caracas — a Junta Patriótica Portuguesa daquele país, procedeu à distribuição, a todos os delegados, de dois documentos: o primeiro trata da situação da nossa juventude, e é um requerimento, muito bem elaborado, com dados concretos sobre as perseguições que o salazarismo move aos jovens camponeses, estudantes e operários. Os delegados do Congresso de Maracay ficaram assim conhecendo o que, para bom numero de sul-americanos, ainda é novidade: a existência de uma mocidade que luta em Portugal pelos direitos mais elementares e que sofre restrições de toda a espécie no plano económico, no campo social, na ordem política. Os exemplos escolhidos mostram cabalmente o que é essa luta: prisões de jovens em todo o país, torturas, proibição de atividades da Associação Académica do Instituto Superior Técnico de Lisboa, do Cine Club Universitário, protestos dos alunos da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Letras de Lisboa, movimentos na Faculdade de Medicina, prisão de dirigentes do Cine Club Universitário do Porto, violentíssima repressão das reivindicações da juventude operária do Barreiro, de Lisboa, do Porto, de Manteigas, São João da Madeira, Covilhã, Aveiro, Alpiarça e da mocidade camponesa, principalmente no Alentejo.

Na segunda representação, a Junta Patriótica Portuguesa analisa demoradamente o problema da violação, por parte do governo de Salazar, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no que diz respeito à Censura à Imprensa, à atividade criminosa da polícia política, à impossibilidade de realização de reuniões públicas. Este documento, que trata também do problema do analfabetismo, da situação das forças armadas portuguesas e do baixíssimo nível de vida do nosso povo, termina por um apêlo que, estamos certos, calou fundo no espírito dos delegados a estes importantes Congressos latino-americanos: «Senhores delegados: a difusão nos vossos países da crítica situação em que se acha o povo português, o desmascaramento do mais terrível criminoso que registra a nossa história pátria — Salazar — ajudará sem dúvida as forças democráticas de Portugal na sua luta pela conquista da Liberdade».

O exemplo dos nossos compatriotas da Venezuela deve ser imitado por todos os portugueses espalhados pelo mundo. Onde quer que se realize uma reunião para defesa das liberdades públicas onde quer que se efetue um congresso para estudo de quaisquer arbitrariedades de caráter político, o caso português tem um lugar marcado: os crimes do salazarismo ainda não são universalmente conhecidos. Revelá-los é um dever de todos nós.

V. R.

# O que se passa com as Colónias Portuguesas?

por PAULO DE SOUSA

Os sangrentos acontecimentos do Congo Belga, sintoma doloroso da derrocada do colonialismo, vieram trazer muito maior atualidade ao assunto sobre que nos estamos debruçando. Esses acontecimentos refletem a falência do colonialismo belga que não soube, a tempo, preparar o povo congolês para a independência. Avizinhandose a onda do nacionalismo africano, os belgas subestimaram a força do movimento e tomaram nos últimos quatro ou cinco anos uma série de medidas que gravemente feriram o orgulho das elites congolêses. Entre essas medidas se destacam a repressão à actividade da ABAKO e dos partidos congolêses, a prisão de muitos dos seus chefes, a repressão violenta utilizada em todos os casos de manifestação de descontentamento, de que os incidentes de Leopoldville geram nota mais atroz, a decisão tomada pelo governo belga de pôr em prática um plano para dar a independência ao Congo em cinco anos, plano este de cuja elaboração os partidos políticos congolêses e os seus chefes não participaram, e como consequência, rechaçaram. O governo belga só então compreendeu a força dos movimentos de libertação, e fazendo uma reviravolta espectacular, concedeu a independência para 30 de Junho de 1960. Os ódios ficaram fermentando e era do conhecimento geral que graves acontecimentos se podiam esperar. Os colonos, em número de quarenta a cinquenta mil, foram apanhados desprevenidos pela nova decisão governamental, e ficaram em situação desesperada. Muitos quiseram abandonar o Congo, vendendo os seus haveres, mas não havia quem os comprasse. Assim, passaram a aguardar a evolução dos acontecimentos crescendo o seu nervosismo e o seu ódio aos congolêses. Fácil é a todos nós imaginar quantos factos se terão dado por todo o Congo, que contribuíram para aumentar a tensão racial, já que os congolêses iam passar de uma situação de quase sem direitos a de ter todos os direitos (assim, pelos menos, a maioria da população devia pensar!).

Chegado o dia 30 de Junho, qualquer pequeno motivo podia ser a faúlha que atearia o incêndio, e parece ter sido o que se deu. De momento, apenas nos interessa tirar as ilações possíveis com:

vista ao futuro político das colónias portuguesas. Com efeito, verifica-se que não há colonialismo paternalista (os belgas também se consideravam os melhores colonizadores do mundo e muito paternalistas...) que possa transpôr com êxito a actual fase histórica, desde que durante séculos tenha descurado quase por completo a elevação do nível mental, sanitário, educacional, social e político dos povos colonizados. Isso equivale a ter destruído por completo as estruturas existentes no início da colonização, e a nada ter deixado em troca. Em tal situação, bastará o apeço de meia dúzia de líderes, para pôr em marcha esses povos contra os que os oprimiram, nestes casos representados pelos colonos europeus. E quanto mais tempo se levar a acreditar nestas idéias, mais teríveis serão as consequências, pois os países afro-asiáticos, saídos do colonialismo, e deliberadamente unidos na luta pela eliminação total do colonialismo no mundo vêm dia a dia aumentando a sua força, com o nascimento de novos países, e com o aumento do prestígio do seu bloco de nações, fiel da balança entre os países capitalistas e socialistas. E de tudo isto ficará apenas o «caso dos colonos», pois que o Congo certamente ultrapassará a fase crítica em que se encontra (que país não teve destes estremecções no início da sua história?), para o que necessita essencialmente de técnicos, professores, médicos, administradores, etc. E qual é o país que os não encontra, quando livre de senhores, pode estender a mão aos quatro ventos, e oferecer como garantia as riquezas incomensuráveis que o seu solo encerra? —oO—

Conforme afirmamos no último número, para se fazer uma idéia da situação actual das colónias portuguesas e do futuro que as espera, é essencial passar em revista, ainda que a traços muito largos, o que se passou com o colonialismo a partir da segunda guerra mundial. A intensificação da exploração dos territórios coloniais levou as potências colonialistas, e em especial a Inglaterra, a França e a Holanda, a cuidar da preparação técnica e cultural dos povos colo-

(Conclui na pag. 6)

# Declaração dirigida ao governo português pelo M. P. L. A.

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M. P. L. A.) declara solenemente à face do mundo que a política praticada pelo governo português em Angola tem em vista a preparação febril de uma guerra colonial.

De há vinte anos a esta parte, o governo português não faz mais que negar e reprimir, com violência cada vez maior, a expressão das reivindicações políticas, económicas, sociais e culturais do povo angolano.

Personalidades responsáveis do governo português, por suas frequentes declarações, deixam ver nitidamente que a recusa de conceder ao povo angolano os direitos fundamentais do homem, assim como os intensos e sistemáticos preparativos militares e o aumento da repressão contra os patriotas angolanos, visam à criação das condições favoráveis que serviriam de pretexto ao governo português para desencadear a breve prazo uma guerra preventiva contra o povo de Angola.

A dominação colonial sobre o povo angolano está na base de uma série de condições e de medidas opressivas que, a nosso ver, poderiam levar rapidamente a uma situação tal que faria correr o sangue inocente do nosso povo.

Desde já, o M. P. L. A. denuncia todas as tentativas de extermínio

do povo angolano pelas forças colonialistas e declara que, de acordo com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, se oporá com toda a sua energia à execução de tal crime.

O M. P. L. A., encarnação da vontade do povo angolano, quer a liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola por meios pacíficos e democráticos.

E' todavia evidente que a solução pacífica do problema colonial em Angola, de que o governo português é o único responsável pelo seu agravamento constante, depende das ações concretas que esse governo adotará a este respeito.

O M. P. L. A., como porta-voz do povo angolano, declara que consideraria como um primeiro sinal de rejeição do recurso às armas por parte do governo português, a aplicação urgente e efetiva pelo governo em causa, das proposições seguintes:

- Reconhecimento solene e imediato do direito do povo angolano à autodeterminação;
- Amnistia total e incondicional, assim como libertação imediata de todos os presos políticos;
- Estabelecimento das liberdades públicas, principalmente da formação legal de partidos políticos, e de garantias concretas para o exercício efetivo dessas liberdades.

(Conclui na pag. 6)

# A COMUNIDADE DE ESTADOS PORTUGUESES

por JORGE DE SENNA

O artigo que a seguir inserimos, de autoria do nosso companheiro de Redacção, Dr. Jorge de Sena, encontrava-se em poder do PORTUGAL DEMOCRÁTICO desde os primeiros dias de Maio, antes, portanto, de se terem precipitado os últimos acontecimentos em Africa, mas, por lamentáveis extravios e equívocos, não foi logo publicado. Pelo atraso na divulgação de um assunto de tão grande relevância como este, P.D. cumpre o dever de pedir tódas as desculpas a Jorge de Sena e aos seus leitores.

Há muito é minha convicção que se impõe, por parte dos democratas portugueses, uma clara formulação de propostas concretas acerca do futuro político, económico, social, etc., de Portugal e dos territórios que da nossa pátria dependem. Se é essencial e primacial declarar exigências básicas do convívio — restauração das liberdades e das garantias —; e se é muito delicado discutir soluções de problemas, pelo que essa discussão pode acarretar de divisionismo das oposições democráticas e anti-salaristas — a verdade é que os demócratas não podem, pelo silêncio, pactuar com cegueiras ou vaidades históricas que culminarão num desastre incalculável (cujas responsabilidades lhes não cabem e podem ser chamados a liquidar), nem exercer a sua consciência democrática, ao eximirem-se, em nome de uma unidade tática, à formulação estratégica de propostas concretas, cuja discussão, alteração e adaptação, ao sabor das oportunidades, dos interesses e das opiniões políticas, é a própria natureza da democracia.

A oposição democrática tem-se confinado e deixado confinar neste dilema, acarretando assim, além da pesada cruz das liberdades que não tem e do contacto com a realidade nacional que lhe é subtraído, a mais pesada que é a acusação constante de que a nada se propõe senão a tirar o que está.

Sem dúvida que, para aqueles liberais da velha escola, cuja posição política está ultrapassada, é isso apenas que importa. No dia em que o Exército reforme definitivamente o velho e jubilado (no Governo) professor de Coimbra e afaste a camarilha de tubarões que dele se serve servindo-o, e garanta eleições livres e as liberdades públicas, como por encanto a vida portuguesa reverdecerá, viçosa e progressiva, sem qualquer necessidade de formular-se seja o que for! Bastaria dissolver a organização corporativa para o nosso comércio externo deficitário e agonizante, a nossa indústria toda monopolista e irracional, a nossa agricultura arcaizante, o nosso nível de vida, conhecerem um surto prodigioso, como o boneco de molas, que salta da caixinha das surpresas, uma vez levantada a tampa que o oprime. Infelizmente, não é, nem será assim. Da mesma forma se supõe — ou há quem suponha — que, eliminada a opressão nas suas formas mais ostensivas — censura, polícia política, tribunais plenários, leis de segurança, etc., isto é, todo o aparato repressivo de um Estado totalitário — também como por encanto os portugueses de todas as côres e feitios cairão, chorando de alegria, nos braços uns dos outros, e dando vivas à pátria comum. Infelizmente, já não pode ser assim, precisamente pelo reverso real daquelas cegueiras e vaidades historicistas referidas.

No que se refere aos territórios portugueses, sem dúvida que a unidade deles, a idéia de que Timor, lá nos confins de Insulíndia, é tão Portugal como o Ribatejo, seria uma coisa bonita, comovente, titiladora do patriotismo de entre Minho e Guadiana, uma maravilhosa realidade para sonharmos acordados, se correspondesse aos problemas que o mundo hoje defronta, se tivesse força suficiente para se contrapor a eles, e se não fosse, como é, um hediondo disfarce de uma mentalidade colonialista que quer associar um povo inteiro ao seu medo das responsabilidades e ao seu desejo de "aguentar-se" no poder... até à hora de fugir para Inglaterra ou algures, e de clamar, à sombra das "burras" bem cheias, pelo espírito dos Gamas e dos Albuquerque, e de chorar a infâmia dos demócratas ao terem de perder o que essa mentalidade nada fizera para ganhar. E é isto exactamente o que se prepara.

E' uma loucura supor que Portugal possa, pela força de um paternalismo colonialista que deixou de praticar, pela força de armas que países mais poderosos reconheceram não ser tempo de usar, pela força de um prestígio político que só uma democracia legitimamente possui, manter unido e submisso o imenso mundo português, disperso pela Terra, para que meia dúzia de tradicionalistas insensatos continuem a falar nos "nossos" territórios com a lágrima ao canto dos olhos, e meia dúzia de especuladores e exatores do património nacional continuem a praticar uma política (?) desastrosa em relação a esses territórios que tratam como "seus". Mas há mais: Portugal não pode, materialmente, arcar com a empresa de uma "guerra da Argélia" repetida em Angola, nem com a ocupação indefinida da Índia Portuguesa, ou da Guiné, ou seja do que for. A força das armas nunca resolveu coisa alguma; e é triste imaginar-se que o Exército Português considere como sua suprema missão patriótica a manutenção desvalhada de um statu quo, em que o aventureirismo mais sórdido e a opressão mais desumana fazem as vezes de heroísmo e de exercício magnânimo dos direitos e deveres da soberania. O Exército deveria ter por sua missão mais alta garantir, quanto antes, dentro de uma estrutura totalmente democrática, a formação urgentíssima da Comunidade dos Estados Portugueses.

Para isso, sucessivamente:

- 1º — Estabelecida a Liberdade, uma Junta Governativa, com plenos poderes de estado de emergência, proclama a Comunidade dos Estados Portugueses, e reconhece ou organiza Comissões Revolucionárias ao nível da Freguesia, da Câmara Municipal, do distrito e dos Conselhos de Governo em cada Estado da Comunidade, garantindo a todos os portugueses, sem distinção de raça, religião, credo político ou nível social, as liberdades fundamentais.
  - 2º — Eleições livres para as Juntas de Freguesia, em todos os Estados, e supressão das respectivas Comissões Revolucionárias.
  - 3º — Eleições Municipais em todos os Estados, e supressão das respectivas C.R.
  - 4º — Eleições das Assembléias Legislativas em todos os Estados, que continuarão provisoriamente, até fixada a total estrutura da Comunidade, a ser governados pela Junta Governativa Metropolitana.
  - 5º — Convocação de uma Assembléia Constituinte, formada pela reunião conjunta de todas as Assembléias Legislativas dos Estados.
  - 6º — Eleição do Presidente da República da Comunidade.
  - 7º — Eleições das Câmaras Altas.
  - 8º — Dissolução da Junta Governativa e nomeação dos Governos Estaduais.
  - 9º — Eleição do Conselho da Comunidade.
- Estes nove pontos sucessivos de reestruturação progressiva e democrática da organização política da Comunidade corresponderiam às seguintes bases constitucionais:
- 1º — as eleições municipais elegeriam o Presidente da Câmara, o delegado do Município à Câmara Alta e os vereadores.
  - 2º — A Câmara Alta será, em cada país da Comunidade, constituída em partes iguais pelos delegados dos Municípios e por senadores designados por sufrágio universal, além dos senadores vitalícios que serão os que tenham sido eleitos por três períodos legislativos consecutivos.
  - 3º — Cada país terá, portanto, uma arquitectura administrativa e legislativa assim graduada: Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa, Câmara Alta.
  - 4º — Das Assembléias Legislativas, com a confirmação das Câmaras Altas, emanarão os Conselhos de Governo ou de Ministros, cujos chefes serão escolhidos pelo Presidente da Comunidade dos Estados Portugueses.

- 5º — O Presidente da Comunidade é eleito por sufrágio universal e directo em todos os países da Comunidade. Este Presidente é também o Presidente nato do Conselho da Comunidade.
- 6º — O Conselho da Comunidade é o supremo órgão da Administração pública, e é integrado pelos Governadores de cada Estado, pelos Presidentes das Assembléias Legislativas da Comunidade (ou seus delegados aprova das pelas respectivas assembléias), por delegados eleitos pelas minorias de cada Assembléia Legislativa, pelos ex-presidentes da República (que serão membros natos do Conselho) e por membros de direito adquirido (que serão todos os que tenham sido membros do Conselho, ainda que intermitentemente, por prazo superior a vinte anos), e além do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Comunidade, que ao Conselho preside nos impedimentos do Presidente da República ou durante interregnos presidenciais.
- 7º — Os Governadores de cada Estado são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Chefe do Governo Nacional, aprovada previamente pelas Assembléias Legislativas e Câmara Alta do Estado respectivo e sancionada pelo Conselho da Comunidade.
- 8º — O Presidente do Governo Nacional, ou seja do Território Metropolitano, preside a um Conselho de Ministros que incluirá, além dos Ministros Metropolitano, o Ministério da Defesa da Comunidade, o Ministério da Coordenação Económica Inter-Estadual, o Ministério da Educação da Comunidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Comunidade, um ministro representante de cada Estado da Comunidade, um ministro dos Territórios Administrados, e o Presidente do Banco de Portugal (único banco emissor da Comunidade).
- 9º — Os ministros representantes de cada Estado no Governo Nacional serão eleitos em sessão conjunta da Câmara Alta e Assembléia Legislativa do Estado respectivo, e a vigência deles é a do período legislativo, e independente da queda, portanto, do Governo Nacional.
- 10º — O Presidente do Conselho Nacional não poderá negociar acordos internacionais sem a presença dos Governadores da Comunidade (ou seus delegados), que podem sempre que queiram ou as circunstâncias o exijam, participar das reuniões e deliberações do Conselho Nacional de Ministros.
- 11º — Os Municípios serão agrupados em distritos (por seu comum acordo) em cada Estado, e os distritos governados por um governo civil designado pelo Chefe do Governo e apenas sancionado por votação dos Conselhos Municipais do Distrito, da qual designará por sua vez, como assessor junto dele, um representante.
- 12º — O Presidente da República, além de presidir normalmente ao Conselho da Comunidade, presidirá, pelo menos uma vez por ano, a uma reunião, que convocará, de Governos da Comunidade que se apresentarão na sua totalidade, para informação e coordenação da rotina administrativa. Em qualquer situação de emergência (e convocado por um dos países em reunião conjunta da Câmara Alta e da Assembléia Legislativa, ou por votação do Conselho da Comunidade), o Presidente da República poderá presidir ao Conselho de Governo desse país da Comunidade. Presidi-lo-á, sempre que, em viagem de soberania, visitar

um país da Comunidade.

- 13° — Em cada país, com o consenso das respectivas Assembléias, poderá haver territórios sob a administração do Governo Nacional, para o que este possui um ministério especial, ao orçamento do qual enviarão contribuição financeira os respectivos países. Esta contribuição é fixada pelo Conselho da Comunidade, que tem direitos de fiscalização nesse território.
- 14° — Igualmente esse Conselho designa a contribuição de cada Estado para a defesa comum e outras despesas dos Ministérios Inter-Estaduais. Neste sentido é que o Ministro Nacional da Coordenação Económica terá de ser aprovado pelo Conselho da Comunidade, e cairá sempre que esta lhe retire a sua confiança. O mesmo sucede com todos os outros Ministros Inter-Estaduais e com o Presidente do Conselho Nacional.
- 15° — O Conselho da Comunidade, em decisões por maioria, terá direito de adiamento (até nova legislatura do País interessado) sobre decisões parlamentares de qualquer país da Comunidade.
- 16° — As decisões parlamentares de cada país têm força de lei interna, se não houver adiamento por parte do Conselho da Comunidade. Da mesma forma, as decisões parlamentares do Território Metropolitano só para ele são leis.
- 17° — Os Estados da Comunidade serão:
  - a) — Portugal (com os arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, que gozarão de autonomia administrativa e de assembléias legislativas provinciais, cujas decisões terão de ser referendadas pelo Governador de cada arquipélago — designado pelo Governo Nacional —, mas de cujo veto haverá recurso das assembléias, primeiro para o Governo Nacional e depois para o Conselho das Comunidades, ao qual pertencerá também um delegado eleito por cada uma das assembléias dos arquipélagos).
  - b) — Guiné.
  - c) — Angola (com o arquipélago de S. Tomé e Príncipe, que gozará, dentro desse Estado, de estatuto análogo ao dos arquipélagos do Portugal Metropolitano).
  - d) — Moçambique
  - e) — Índia Portuguesa
  - f) — Macau
  - g) — Timor
- 18° — Todos os Estados da Comunidade têm, após constituídos dentro da Comunidade, o direito de secessão e de regerem então inteiramente os seus próprios destinos, inclusive o de se unirem a outros Estados. Só a Mãe Pátria nunca o poderá fazer, salvo ao Brasil. Em caso algum se entenderá por secessão o voto de união com o Brasil em regime de Comunidade, por parte de qualquer Estado, pois que ao Presidente da República, ao Conselho da Comunidade, ao Governo Nacional, à iniciativa de cada Estado, compete como dever essencial promovê-lo e efectivá-lo, no sentido de apressar-se a realização da Comunidade Lusobrasileira.
- 19° — O direito de secessão dos diversos países é assegurado pelas Assembléias Legislativas que podem votá-lo, mas, antes de referendado ou adiado pelo Conselho da Comunidade, terá de ser plebiscitado por sufrágio universal da população interessada, em maioria absoluta. E só se efectivará depois de o Conselho da Comunidade verificar que ficam devidamente garantidos os direitos e reclamações da minoria que votou contra.
- 20° — A nacionalidade portuguesa é comum a todos os Estados, e os naturais de qualquer país da Comunidade podem transitar de um país para outro, e, apenas com as restrições de ordem económica ou financeira que tiverem sido votadas pelas

- respectivas Assembléias Legislativas (e referendadas pelo Conselho da Comunidade), exercer neles a sua actividade. Mas, desde que residentes no território de qualquer dos países há mais de cinco anos, têm direito de voto, são elegíveis e podem exercer qualquer lugar de Governo.
- 21° — A organização da justiça, em cada país, é independente do legislativo e do executivo, e integrada pela 1.ª e pela 2.ª instâncias e por um Tribunal de Apelo. O Supremo Tribunal de Justiça, sediado na Mãe-Pátria, é a última instância para a qual qualquer entidade individual ou colectiva, pública ou privada, poderá sempre apelar. Como zelador da constitucionalidade de qualquer decisão judicial ou legislativa de qualquer dos países, pode chamar a si uma questão para se pronunciar sobre a sua constitucionalidade, ou é obrigado a pronunciar-se, nos casos públicos, desde que, em cada país, um terço do eleitorado (e não dos municípios ou das assembléias) o solicite. Os seus acórdãos têm força de lei, e serão imediatamente promulgados pelo Presidente da República.
- 22° — E' o Presidente da República quem, ouvido o Conselho das Comunidades, sob proposta de qualquer dos Governos (votado em reunião conjunta das duas Câmaras), declara a Paz ou a Guerra, e assina os acordos internacionais que as mesmas Câmaras terão de ratificar. O ataque exterior de qualquer potência estrangeira à Comunidade, a qualquer dos Estados dela, implica, imediatamente, por parte dos outros Estados, a guerra com a potência atacante.
- 23° — A verificação, pelo Conselho das Comunidades, de que, em qualquer dos países, corre risco a legalidade democrática ou estão em perigo os direitos fundamentais consignados na Constituição, implica a intervenção imediata da Comunidade nos negócios internos desse país. O mesmo se dará se a verificação for solicitada por um terço do eleitorado do próprio país. No entanto, essa intervenção imediata terá de ser sancionada, ponto por ponto, quanto aos casos de opressão surgidos, pelos Parlamentares de toda a Comunidade, menos o do país em causa, o qual se considera dissolvido por não mais defender os interesses do povo que representa.
- 24° — Desde o Restabelecimento das Liberdades Fundamentais até à promulgação de uma lei eleitoral (que, depois de organizados e soberanos, os diversos Estados aceitarão ou modificarão através da estrutura constitucional da Comunidade) são eleitores: todos os cidadãos do sexo masculino ou feminino, maiores de idade ou emancipados, no gozo dos seus direitos cívicos, sem cadastro criminal, não aguardando julgamento em processo-crime, nem interditados judicialmente.
- 25° — Nas circunstâncias do artigo anterior, não são elegíveis, nem eleitores, nem podem exercer cargos públicos:
  - a) — os cidadãos privados pelos tribunais dos seus direitos cívicos, por crimes contra a humanidade, contra a democracia, contra a pátria, contra a honestidade eleitoral;
  - b) — os cidadãos com cadastro criminal;
  - c) — os que aguardam julgamento em processo-crime;
  - d) — os interditados judicialmente;
  - e) — todos os que, até dez anos antes da queda da Ditadura Salazarista, tenham exercido postos administrativos-políticos no Governo, nas chamadas Assembléias Nacionais e Câmara Corporativa, nas chefias de Governos Cívicos, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, ou tenham sido delegados do Governo junto

**DECLARAÇÃO...**  
(Conclusão da pag. 5)

des: — Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes em território angolano; — Convocação, até ao fim de 1960, de uma Mesa Redonda formada, por um lado, dos representantes de todos os partidos políticos angolanos, e, por outro lado, dos representantes do governo português, com vista à solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença. No interesse do povo angolano e, cremo-lo igualmente, no interesse do próprio povo português, reafirmamos o nosso desejo de liquidar a dominação colonial portuguesa em Angola, por meios pacíficos e democráticos, através da negociação. Em virtude do que precede, o povo angolano e o M.P.L.A. tornarão o governo português responsável por todos os acontecimentos sangrentos que se produziram em Angola. Sobre isso fazemos questão de advertir a opinião mundial. Conakry, 13 de Junho de 1960. Pelo Comité Dirigente do Movimento Popular de Libertação de Angola VIRIATO CRUZ MARIO DE ANDRADE LUCIO LARA

Ante este documento, o PORTUGAL DEMOCRÁTICO, representando a voz e a consciência amordaçadas do povo português, não pode limitar-se apenas a inseri-lo, para que se saiba claramente qual a situação real que a opressão salazarista criou com a sua estúpida obstinação. O P.D. tem o dever de apontar que este documento merece a sua simpatia, porquanto o M.P.L.A. exige exactamente aquilo que, há 34 anos, os demo-

- de empresas, bancos ou companhias;
- f) — tenham pertencido, sendo maiores de idade ou emancipados, à Legião Portuguesa ou à Mocidade Portuguesa;
- g) — tenham exercido cargos de nomeação governamental nos chamados organismos corporativos: corporações, federações, grémios e sindicatos;
- 26° — E' reconhecido o livre direito de agremiação dos cidadãos, em todos os tipos de partido, grémio, sindicato, etc., tendo por sua vez essas agremiações o direito de se federarem como entenderem. No período de transição até à legalidade constitucional, e paralelamente com as eleições para as Juntas de Freguesia, proceder-se-á a eleições livres em todas as estruturas corporativas, como estádio transformador delas em organismos democráticos de orientação económica e de representação profissional.
- 27° — A concorrência às eleições será sempre feita, em qualquer escalão, a título individual, sem que, para inscrição da candidatura, se exija mais que as condições de elegibilidade. Estes princípios, que proponho à consideração e discussão do povo português, parecem garantir a criação de uma sólida estrutura constitucional, em que a fiscalização mútua de todos os órgãos e do eleitorado assegure o exercício das liberdades, e no interior da qual todas as opiniões, raças e credos são senhores da sua dignidade e representabilidade cívica; e que, criando uma comunidade livre, a organizam por forma a que a máxima liberdade, a qualquer escalão, impõe a máxima responsabilidade. No momento em que, por todo o mundo, novos rumos políticos varrem as velhas estruturas e Portugal não está defendido — política, económica e financeiramente — para resistir-lhes senão por meios obsoletos que a consciência democrática condena, a urgência em que todos os responsáveis e os que se querem responsáveis exige a meditação concreta sobre o futuro. Este plano pretende ser — para todos os povos portugueses — um ponto de partida para uma situação que, aliada a Comunidade Portuguesa ao Brasil, permitirá que, à beira do desastre, Portugal se erga ao plano de grande potência universal que lhe incumbe na História, não pelo que foi ou julga que é, mas pelo que é de facto e pode vir a ser.

**NOTA:** Em ulterior estudo se fará o comentário filosófico-político das normas expressas nesta comunicação.

cratas portuguesas exigem. E' evidente que, se quisermos que seja verdade o que, sob o Governo de Salazar, é uma atroz mentira — que haja um mundo português —, e se queremos que todos os portugueses sejam democraticamente senhores dos seus destinos, não é possível opormo-nos a Salazar no Continente europeu, e termos com ele uma aliança tácita para recusarmos aos naturais do Ultramar aquela cidadania total que para nós desejamos. Antes que seja tarde, antes que tudo se perca irreparavelmente, é preciso pôr Salazar perante as suas próprias responsabilidades, e repudiá-las e quaisquer que ele pretenda assacar à Oposição. As responsabilidades do Governo de Salazar decorrem da sua ilegitimidade, decorrem de não representar a opinião do povo português, nem de consentir que ela se manifeste. Por isso, ao divulgar o presente documento, e acentuando que o M.P.L.A. exige o que todos os portugueses democratas exigem, o P.D. sublinha que o Governo de Salazar, ainda que aceitasse uma "mesa redonda", não seria um interlocutor IDÓNEO. Para discutir problemas democráticos, só será

**FEDERAÇÃO NÃO REPRESENTA COLONIA**  
**Telegrama do Gen. Delgado**

O Gen. Humberto Delgado enviou ao presidente Juscelino Kubitschek o seguinte telegrama: "22 julho 1960. Agradeço seu oitavo de julho em que v. exa. se limita a comunicar transcrição meu telegrama para Rio. Visto manter-se posição retomo meu pedido providências contra retenção sem explicação dois requerimentos meus pedindo concessão carteira dezoito de mim e longa retenção passaporte português trazendo prejuízos agravados minha recente demissão Força Aérea perda total soldo. Como v. exa. afinal vai Portugal e Oposição é maior parte da nação portuguesa seria gesto cordial v. exa. deixar meu caso resolvido antes partir. Como chefe Oposição informo v. exa. que Federação Associações notoriamente nazi não representa colônia portuguesa embora tenha força dentro território brasileiro e pudesse impunemente desrespeitar ordens juiz brasileiro em dezoito novembro como imprensa criticou. Claramente informo que Oposição discorda pressão exercida por Federação para convencer v. exa. ir prestigiar governo totalitário que nos faz abandonar Pátria para evitarmos indignidade desonra tortura ou morte. Respeitosas saudações. a) Humberto Delgado".

**Mais Dois Telegramas**  
A Sua Excelência o Senhor Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Palácio das Laranjeiras. Rio de Janeiro. Os portugueses democratas que na grande nação brasileira encontraram a dignidade, o pão e a liberdade, permitem-se vir junto de Vossa Excelência denunciar a inconsistência da representação que a Federação das Associações Portuguesas pretende ter dos portu-

**O QUE SE PASSA...**  
(Conclusão da pag. 5)

nizados. O nascimento das classes de pequeno-burgueses nacionais permitiu igualmente que certo número de indivíduos (sempre em número bem limitado) levasse os seus estudos até aos escalões mais elevados, estudos estes que na maior parte dos casos eram feitos nas Universidades estrangeiras por nos próprios países não existirem. O fomento da pequena indústria, do artesanato e do comércio, permitiu igualmente a formação de camadas da população com uma preparação intelectual suficiente para entender o que se queria dizer com liberdades cívicas e políticas, não discriminação racial, luta contra a opressão e a tirania, palavras de ordem estas que apareciam em todos os discursos de homens públicos contra o fascismo. Muitos filhos dos países colonizados lutaram na guerra contra o fascismo, ombro a ombro com os seus senhores e colonizadores, sendo em certos casos o seu papel muito importante, como na luta contra o Japão, dadas as condições extraordinariamente duras da guerra no Extremo Oriente. Era, pois, natural, que com a luta por tão generosas idéias se fortalecesse também o anseio desses povos à independência e à libertação da opressão. Como países democrati-

idóneo um Governo democrático da República Portuguesa. Mas esse, como desejamos ardentemente, terá na sua própria origem restaurado as liberdades e criado as condições para que seja viável a franca discussão de todos os problemas. A grandeza de Portugal, hoje, não pode estar na força que não tem. Estará na coragem, na honestidade, no desassombro com que encare a solução pacífica de quantas questões graves há e haverá no "mundo português". A Oposição portuguesa não quer LIQUIDAR esse "mundo". Mas não pode nem deve comprometer a pureza dos seus ideais e o sentido da sua resistência à tirania, abstando-se e assumindo, assim, responsabilidades que não são as suas. Aquelas que aceita são: salvar tudo o que possa ser salvo. E, se tivermos fé nas virtualidades, subjulgadas hoje, da nossa Pátria, sabemos que a nossa língua, a nossa cultura, a nossa civilização, não podem perecer, à mercê da onda de liberdade, que está varrendo, não o mundo, mas os tiranos como Salazar e as sociedades que eles representam.

**A Comissão Redactorial do PORTUGAL DEMOCRÁTICO**

guêses radicados no Brasil. Essa Federação, integrada por alguns comendadores analfabetos, cumpre apenas as ordens do governo fascista de Salazar que só se interessa pela amizade luso-brasileira na medida em que ela pode prolongar a tirania com que esmaga o povo português. Pelo Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão — João Sarmento Pimentel. Pelo Centro Republicano Português — João Alves das Neves. Pela Redacção do "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" — Fernando Lemos e Henrique Santo. Senhor Doutor João Goulart Digníssimo Vice-Presidente da República. Palácio das Laranjeiras. Rio de Janeiro. A Vossa Excelência, grande líder do povo brasileiro, pedimos vênica para lembrar que em Portugal existe um governo que há mais de trinta anos priva o povo português da Liberdade, do Direito e da Justiça. Esse governo do ditador Salazar espera ansiosamente a presença de Vossa Excelência e a do Senhor Presidente da República às comemorações henriquinas, na esperança de que assim lhe emprestem prestígio e força política internacional para prolongar por mais alguns meses a sua cruel tirania. Movimentam-se nesse sentido os comendadores analfabetos da Federação das Associações Portuguesas, intitulando-se representantes dos nossos patriotas radicados no Brasil, o que é absolutamente falso e representa um abuso até para com a generosa e fraterna hospitalidade dos brasileiros. Pelo Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão — João Sarmento Pimentel. Pelo Centro Republicano Português — João Alves das Neves. Pela Redacção do "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" — Fernando Lemos e Henrique Santo. Com o fim da guerra assistiu-se ao início da derrocada dos grandes Impérios coloniais. Foi em primeiro lugar o caso da China explorada por vários países e sofrida a ocupação japonesa, que mobilizando o seu povo, derrotou o invasor estrangeiro e expulsou igualmente o governo corrupto do Kuomintang. Depois vieram a Índia, Célão, Birmânia, Indonésia, Indochina, Egito, Tunísia, Marrocos, etc. Em quase todos os casos as modificações de estrutura política se fizeram com graves perturbações, de que o caso mais expressivo foi a guerra da Indochina. Os casos dos países do Oriente e do Norte de África constituíram para as potências coloniais, em especial a Inglaterra, a França e a Holanda, uma dolorosa lição. Senhores de larga experiência política, com bem preparados quadros de administradores coloniais, a França e a Inglaterra estavam agora em melhores condições para enfrentar a segunda onda do nacionalismo — a do nacionalismo da África Negra, de que trataremos no próximo número.

**JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA**

**NOVA DIREÇÃO**

Em eleições realizadas no dia 19 de junho, de acordo com os Estatutos, foram eleitos para a Direção, Assembleia Geral e Conselho Disciplinar, Político e Fiscal, os seguintes compatriotas, com mandato para o ano de 1960/1961: Presidente José Lopes Vice-Presidente Henrique de Castro, Secretário Geral, Dr. Rui de Carvalho, Secretário de Organização, Francisco Manarte, Secretário de Imprensa e Propaganda, Joaquim Lisboa, Secretário de Finanças, António Brandão, Secretário de Relações Públicas, Jorge Nunes, Secretário para o Comité Venezuelano Pro Democracia y Libertad, Fernando Natividade, Secretário Disciplinar, António Tavares, Secretário Geral do Comité Venezuelano Pro Democracia y Libertad de Portugal, Mártio Mendes, Secretária Feminina, Dária de Lima, e como vogais, António Gomes, Vitor Silva, Maria F. Silva, Ricardo Lisboa, João Lopes, Ferreira de Castro, Elisa de Carvalho e Maria Rodrigues. Presidente da Assembleia Geral, Dr. Sérgio Alves Moreira, 1.º Secretário, Dr. Elmano Varela, 2.º Secretário, Camilo Tavares, Conselho Disciplinar Político e Fiscal, Presidente António Tavares, 1.º Vogal, Fernando Natividade e 2.º Vogal, José Lopes.

A nova Direção da J.P.P. envia o P.D. as mais efusivas saudações, certo de que ela continuará a magnífica luta até agora travada pelos portugueses democratas da Venezuela contra a ditadura fascista de Salazar.

**O CHEFE DO POSTO PORTUGUÊS DE MASSABI PROMOVE RUSGAS NA REPUBLICA DO CONGO!**

(DE UM NOSSO CORRESPONDENTE)

De tempos a tempos, é perturbada a tranquilidade individual que justifica a presença de milhares de angolenses na República do Congo, pelo agente da autoridade portuguesa da fronteira de Massabi.

Efetivamente, não é raro vermos este "valente português" aparecer deste lado da fronteira aonde, com seu quadro de cipaios, calcando todas as restrições internacionais, se entrega a detestáveis rusgas que, no geral, culminam pela prisão de certo número de negros, legalmente residentes cá, originários de Angola ou doutro países africanos, sob a dominação portuguesa.

Das diversas prisões operadas em tais condições, isto é, sem intervenção do Governo da República do Congo, queremos, de momento, denunciar a que, no mês de Março último, recaiu na pessoa do angolense José Filipe dos Santos.

Transportado de Pointe Noire em viatura do chefe do Posto de Massabi (sic), foi o Filipe conduzido de mãos algemadas, primeiro para Lândana e depois para Cabinda onde, não obstante se haver constatado nada existir contra a sua pessoa, a autoridade administrativa o sujeitou à prisão e a cerca de cinquenta dias de trabalho sem qualquer remuneração.

Embora este e outros estranhos casos já tenham sido postos à vista do Ministério do Interior da República do Congo, não queremos deixar de protestar junto do ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, pedindo medidas que ponham termo a estes atos de verdadeira pirataria.

**DEMOCRATA!**

Se esteve preso por motivos políticos, ou foi, de algum modo, vítima da repressão fascista em Portugal, envie-nos já o seu DEPOIMENTO!

**O dia de Camões**

**EM BELO HORIZONTE**

Por iniciativa da Associação «General Humberto Delgado» e contando com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e do Diretório Central de Estudantes, realizou-se na Capital mineira a Inauguração de um «Busto em Bronze do Poeta Luís de Camões». A solenidade, que teve início às 10 horas da dia 10 de Junho, contou com a presença, como convidado especial, do Senhor General Humberto Delgado, que foi recebido no Aeroporto pelo Prefeito, seguindo em carro oficial para o local da cerimónia, acompanhado dos Portugueses livres radicados naquela Capital, e das Delegações da «A. G. Humberto Delgado» do Rio, São Paulo e Brasília. Estiveram também presentes à solenidade, além de portugueses e brasileiros ilustres, o representante do Governador do Estado da Assembleia Legislativa, da Câmara, de vários secretários e das entidades estu-

dantis e culturais da cidade. Na ocasião foi descerrado o busto pelo General Humberto Delgado, tendo uma Banda Militar executado os hinos brasileiro e português. Falaram o Prefeito, o representante do D. C. E. e o Gen. Humberto Delgado, todos exaltando a obra do Poeta e os seus ideais de Liberdade. Em seguida foi oferecido um coquetel no Salão Nobre do Diretório Central de Estudantes. À tarde, o Gen. Humberto Delgado, acompanhado pelos presidentes das Associações G. H. D. do Rio e Minas Gerais, foi recebido pelo Governador do Estado. As comemorações foram encerradas com um jantar, em que usaram da palavra vários oradores combatendo o fascismo luso.

Entrevistado pelo Estado de Minas, o Senhor Gen. Humberto Delgado denunciou uma vez mais a farsa das eleições de 1958 em Portugal e declarou: «Setenta e cinco por cento da população portuguesa abraça a minha causa para a derrubada do governo salazarista.»



Na solenidade, quando falava o Prefeito de Belo Horizonte NA VENEZUELA

Os democratas portugueses residentes na Venezuela festejaram o dia de Camões com uma homenagem ao monumento do libertador Bolívar. Três belas jovens lusitanas, em trajes regionais, e empunhando as bandeiras entrelaçadas de Portugal e Venezuela, encabeçaram o cortejo. Ao perfilarem-se junto ao monumento, seguia-as já uma pequena multidão na sua maioria composta de portugueses convocados pela Junta Patriótica. Deposta uma coroa de flores aos pés do Herói da Independência, fizeram uso da palavra os srs. Joaquim Lisboa e Francisco Manarte, secretários da J. P. P., não só para discorrerem sobre a obra e as ideais políticas de Camões, como para agradecerem ainda ao povo venezuelano a assistência prestada na luta contra o ditador Salazar. Em resposta declarou o sr. Guillermo Garcia Ponce, vice-presidente do Comité Venezuelano Pro Democracia y Libertad de Portugal: — «Os portugueses podem contar com o apoio do povo venezuelano, assim como nós temos certeza que nos ajudarão quando a Democracia estiver em perigo.»

A imprensa e a rádio de Caracas realizaram uma ampla cobertura da ocorrência.

No dia 11, o diário EL NACIONAL abriu a reportagem do cortejo ao monumento de Bolívar com uma manchete de três colunas; publicou ainda várias fotos da multidão e oradores.

No dia 10 o vespertino EL MUNDO dedicou três páginas à figura de Camões e à sua pátria hoje tiranizada por um estadista medíocre e desumano.

Ainda no dia 10, Portugal subjugado e o significado da obra de Camões, foram motivo de uma extensa nota do jornal TRIBUNA POPULAR. O jornal humorístico DOMINGUITO publicou no dia 9 o programa das atos anti-salazaristas previstos para o dia seguinte.

O popular comentarista independente José Nar ceu parte de seu programa radiofónico do dia 10 à Junta Patriótica Portuguesa, a fim

de que um membro desta organização anti-fascista lesse um alocução sobre a vida e a obra de Camões.

O editorial do programa radiofónico ACTUALIDADES foi dedicado à comemoração da data nacional portuguesa. Também o programa POLEMICA Y CONVIVENCIA, de coligação governamental, cedeu parte de sua emissão à J. P. P.

No interior do país, na cidade de Barcelona, igualmente os Portugueses livres levaram a cabo um ato público na Plaza Bolívar, e o jornal dessa cidade, EL TIEMPO, publicou em sua primeira página um artigo intitulado 10 de Junho.

Digna e brilhantemente comemorado, pois, o dia de Camões pelos democratas portugueses da Venezuela.

**SALAZAR ACUSADO EM ADIS-ABEBA**

O jornal «Rand Daily Mail», de 21-6-60, informa que, em Adis-Abeba, Portugal foi acusado, na conferência dos Estados Africanos Independentes, de manter nas suas colónias africanas «um reino de terror, massacre e escravidão, inalterado desde há muito tempo.»

O sr. José Gilmore, delegado da União dos Povos de Angola, pediu que a conferência examinasse o colonialismo português no continente africano, sob o qual, alegou ele, existem trabalhos forçados na sua forma mais brutal. Desde que os movimentos nacionalistas se iniciaram em África, o povo de Angola tem vivido sob o terror, acrescentou.

«Desde o começo de 1959, uma sangrenta vaga de intimidação teve início. Massacres na Guiné Portuguesa e a chegada de reforços militares a Angola, foram acompanhados por distribuição de armas aos colonos, que foram convertidos em milícia com direito de abater qualquer suspeito a seus olhos. Até o momento 500 pessoas foram torturadas nas prisões de Angola, das quais 50 deverão comparecer perante um tribunal militar neste mês.»

**Correspondencia**

**Cacilda ...**

(Conclusão da pag. 4)

«ADMIRADOR ANÓNIMO», Portugal — Continuamos a receber as suas cartas, acompanhadas de preciosos recortes da imprensa portuguesa, que iremos aproveitando, de acordo com o seu interesse e com as limitações de espaço do nosso jornal. Sobre a distribuição da energia elétrica, é bem como o amigo diz: a energia, em vez de sair diretamente das barragens para os Serviços Municipalizados das diversas Câmaras, é atribuída a várias Companhias, de modo que, quando chega ao consumidor, «já vai pelos olhos da cara». «Claro está que as promessas de electricidade barata, depois das barragens prontas, nunca chegaram a ser um facto, pois quem fica com os lucros todos são essas 4 ou 5 Companhias que, no fundo, não são 4 ou 5 Companhias, mas sim e somente a mesma Companhia, pois que os acionistas da primeira são os mesmos das outras.»

Continue a «desabafar» e a mandar-nos as suas informações e recortes.

M.C. PINTO, Recife — Chegou finalmente à nossa Redação o seu poema Naturama, que o Amigo pede para figurar no temário do Congresso dos Democratas Portugueses. Vamos entregá-lo à Comissão Executiva deste Congresso, que se encarregará de o apreciar. Agradecendo mais uma vez a sua intenção, voltaremos a dar-lhe as nossas notícias oportunamente. E continue a escrever-nos.

MARTINHO RIBEIRO, São Paulo — Bom, o artigo que nos enviou, intitulado As «Comitativas Oficiais». Será publicado oportunamente.

O.S.S., Toronto (Canadá) — Gratos não só pelas elogiosas referências ao PORTUGAL DEMOCRÁTICO, o órgão dos portugueses livres unidos na luta pelo derrubamento do fascismo salazarista, como também pelas suas interessantes informações, que iremos aproveitar.

A.C., Lisboa — Apreciamos os Três Sonetos... Proibidos que nos enviou, mas não prometemos publicá-los. Como deve ter reparado, P.D. só muito excepcionalmente publica poesia, pois normalmente falta-nos espaço para os problemas objetivos que não podem deixar de ter prioridade nas nossas colunas. Pedimos-lhe, no entanto, que continue a enviar-nos as suas produções, bem como informações concretas sobre a situação portuguesa, para nós de valor inestimável.

M.G.P., Portugal — Recebemos a sua carta e já providenciamos a remessa de P.D. Gratos pelas suas informações sobre o terror policial na nossa Pátria escravizada, as quais não deixaremos de aproveitar. Os seus abraços já foram transmitidos ao General Humberto Delgado e ao dr. Casais Monteiro.

**AOS LEITORES DE PORTUGAL DEMOCRÁTICO**

Futuramente, embora o nosso endereço continue o mesmo, (RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2), toda a correspondência e colaboração devem ser remetidas para a CAIXA POSTAL 4.469, SÃO PAULO, BRASIL.

**MENSAGEM DA ASSOCIACION DEMOCRATICA «LUSO-ARGENTINA»**

«Em nome dos Direitos do Homem e do Cidadão e da Fraternidade Humana, esta Associação, inspirada nos mais puros sentimentos humanos e no luminoso ideal da Democracia, agradece mui sensibilizada aos Governos Sul-Americanos e suas representações diplomáticas acreditadas em Lisboa, o amparo e proteção dispensados aos asilados e refugiados políticos da ditadura portuguesa.»

Igualmente agradece aos Promotores, Delegados e Participantes à Primeira Conferência Sul-Americana Pro-Anistia Para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal sua contribuição em prol da Democracia nestes dois países ibéricos.

Pela Direção  
Jorge António  
(Secretário)

primeira dependência em que se encontra — e, porque não dizer — à escravidão em que o homem a coloca.

— Achou Portugal um país que, não tendo participado da última guerra mundial, se mostre em condições actuais de progresso, tendo tirado portanto vantagem dessa não intervenção no conflito? Viu outros países e pode ter observado o que quero dizer.

— Sim, entendo. Acho que Portugal, se não perdeu, nada ganhou com isso. A guerra trouxe necessidades maiores aos homens e criou novos problemas e soluções para problemas. Em Portugal, nada, na vida da sociedade, nos permite reconhecer que ela está participando dos problemas contemporâneos. Portugal está isolado. Logo, consequentemente, não surgiu no homem uma consciência dramática para a criação da arte. Para o teatro, para a literatura teatral, como para outra arte qualquer. E a gente sabe que há uma literatura do após guerra, uma mentalidade do após guerra, uma poesia do após guerra. Tôda uma arte do após guerra.

— As reacções do público português para com o seu teatro fizeram-lhe acreditar que eram apenas por se tratar de teatro brasileiro, ou só porque o contato com esse teatro lhe dava um banho de liberdade e a possibilidade de aplaudir essa liberdade?

— O público foi ver-nos como poderia ir ver o Piccolo de Milão ou outro teatro qualquer estrangeiro de qualidade que lhe apresentassem. E também aplaudiriam. Nota-se, portanto, que o público está atrás de teatro bom, sem saber ainda reagir-lhe muito bem. Soubemos que só há perto de dois anos foi lá dado a conhecer o Samuel Beckett. Agora é lógico que através do teatro que lhe levámos, esse público tenha reconhecido, em suas características, a democracia da nossa sociedade e os hábitos que temos dela.

— Aceitaria um convite para uma excursão em Portugal?

— Se se tratasse de uma excursão de carácter cultural, aceitaria, escolhendo um repertório em que estivesse representado todo o pensamento do teatro moderno, livre e sem concessões. Como afinal faço na minha terra e acho que deve ser feito em toda a parte onde se quer dignificar a cultura.

Se se tratasse de repetir a excursão que fizemos, de carácter comercial e sem depender materialmente do governo português, levaríamos o nosso teatro e o submeteríamos à tal censura, apenas para evitar incidentes imprevistos que nos nudessem prejudicar indevidamente.

— Participou da televisão portuguesa? Que achou?

— Com muita facilidade fizemos o «Poi de Carotte» e o «Protocolo» na televisão da Emissora Nacional que nos pareceu um monumento de perfeição. Com elementos capazes e muito bons recursos técnicos. A própria eficiência! Todos os programas são cientificamente ensaiados antes de ir para o ar, o que, imediatamente louvamos! Conhecedores da televisão brasileira, tão cheia de improvisos! Os nossos programas vão para o ar quase sempre sem o mínimo ensaio, e não raro ficamos diante da câmara ainda sem saber o que vamos dizer e o público sem saber o que vai ouvir. Aliás, é com essa improvisação que está assegurada uma parte do êxito de certos programas e até da própria televisão que é, para o público, o verdadeiro instrumento da espontaneidade!

Pois em Portugal não me foi permitido fazer uma simples saudação ao público português — que eu pretendia improvisar — no último dia da nossa estada em Lisboa. Deu isso as maiores confusões. Exigiam que eu tivesse ensaiado primeiro o que deveria dizer e a cujos ensaios achei ridículo aparecer. Não poderia falar sem dar a conhecer o meu texto!...

Verifiquei então, com uma certa tristeza, que toda aquela eficiência, na realidade imposta por uma censura temerosa, só me estava impedindo de abrir o coração. E não o abri.

# ALVARO LINS DEVOLVE CONDECORAÇÃO A SALAZAR

O embaixador Alvaro Lins enviou carta ao sr. Manoel Rocheta, embaixador de Portugal no Brasil, devolvendo a condecoração da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, que lhe foi outorgada em 1957.

É o seguinte o texto integral desta carta:

"Sr. embaixador. Por intermédio de v. exa., devolvo ao governo português a condecoração que houve por bem outorgar-me, outrora, no grau máximo da Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Foi-me conferida por um decreto-diploma, assinado pelo presidente da República de Portugal, com a data de 30 de dezembro de 1957 e nele se diz que me são conferidos "as honras e o direito ao uso das insígnias".

"Devolvo com esta carta, conjuntamente, o decreto-diploma e as referidas insígnias, a faixa e o crachá. Trata-se, com efeito, de uma alta condecoração portuguesa na mais histórica das suas ordens honoríficas. Verdaderamente, porém, considero que ela hoje me desonra. Mais tarde, quando Portugal for restituído democraticamente a si próprio, isto é, ao povo, generoso e admirável povo português, com um governo legítimo e representativo, então, se vier, novamente, a merecer essa mesma condecoração e distinção honorífica, eu a receberei e ostentarei as suas insígnias com ufania, desvanecimento e gratidão. Agora, tê-la comigo significaria demérito, desdouro e descrédito.

"Cumpro-me justificar, sr. embaixador, ainda que em breves palavras que a v. exa. caberá transmitir ao governo do seu país, os motivos que me levam, só agora, a essa atitude da devolução da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, que bem sei constituir um gesto somente permitido a alguém que se decidiu a todas as renúncias para voltar à condição de escritor e de homem livre. Nada fiz em matéria de serviços à ditadura portuguesa para merecer essa condecoração. Ela me foi conferida como uma distinção especial, espontaneamente, quando o governo português procurava lisonjear-me com lida a sorte de homenagens e honrarias no seu permanente empenho, afinal presentemente alcançado, de ter às suas ordens dois embaixadores, um no Rio de Janeiro e outro em Lisboa. A isto, aceitação de tamanha anomalia, recusei-me desde o meu primeiro dia naquele posto. Serenamente, embora também altivamente, fiz sentir sempre ao governo do seu país, sr. embaixador de Portugal, que eu era e sou um antigo, genuíno e comovido amigo do povo português, mas, que embaixador, por conseguinte um agente diplomático, só poderia sê-lo do Brasil e do governo do meu país. Isto se verificou mais às claras e veio a tornar-se evidente, de maneira notória e ruidosa, por ocasião do caso do asilo concedido ao general Humberto Delgado, na sua qualidade de ex-candidato à presidência da República e líder reconhecido das oposições portuguesas, quando a ditadura salazarista pretendia tratar a embaixada do Brasil em Portugal como se fora a delegação em Lisboa de algumas das suas províncias ultramarinas, em vez da representação diplomática de um país independente, na plenitude da sua soberania.

"Nesse episódio, nada mais fiz do que honrar no estrangeiro, com firmeza, mas com a devida dignidade, os compromissos internacionais do Brasil em três tratados sobre o asilo e suas condições, todos subscritos pelos nossos governos, desde 1928 até 1954, em Havana, Montevideu e Caracas. E cabe-me acrescentar, na consciên-

cia de ter sido ao longo de três anos um autêntico embaixador do Brasil, que nada mais fiz em todos os momentos e oportunidades do que salvaguardar os princípios, já históricos, da diplomacia do Itamarati e resguardar em minhas mãos a bandeira da fidelidade às tradições da política exterior de meu país. Permaneci na altitude das minhas atribuições quanto ao asilo, aliás homologado oficialmente pelo governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Limitei-me a defender com intransigência e a sustentar sem capitulação o princípio e o direito contidos no instituto do asilo. De que agi e conduzi-me em termos de perfeita correção funcional, a prova maior e indiscutível será saber-se que, durante 98 dias de crise diplomática, não recebi uma só advertência do governo do meu país, como não foi possível ao governo português formular contra mim uma só acusação objetiva de erro ou despropósito. E posso proclamar a mesma verificação a respeito de todo o meu período como chefe da missão diplomática do Brasil em Portugal.

"Não obstante, por ter, assim, apenas cumprido o meu dever de chefe de missão diplomática, e porque esse dever de representante do Brasil não estivesse de acordo com o arbítrio e a intolerância de um regime ditatorial, o governo português requintou-se em agravos e afrontas contra mim, a minha mulher e a minha família, num procedimento que sou forçado a qualificar com justeza de verdadeiramente infame, como de violador, igualmente, das regras mais elementares da ética diplomática. Contudo, tais atentados de mesquinha e baixaza contra o embaixador do Brasil e funcionários — diplomatas da embaixada do Brasil em Lisboa, que v. exa. incorretamente e falseando a verdade dos fatos, contestou em notas oficiais da embaixada de Portugal, mas que se encontram documentados devidamente nos arquivos do Itamarati — tais atentados, repito, não me deixaram em estado nem de amargura, nem de paixão.

"Todavia, sr. embaixador, será impossível esquecer que tais afrontas e agravos não foram dirigidos, pessoalmente, contra mim e a minha mulher. Foram dirigidos, oficialmente, à embaixada e ao embaixador do Brasil. Por isso mesmo, a partir do momento em que renunciei ao cargo de embaixador do Brasil em Portugal, decidi-me a devolver a condecoração da Grã-Cruz de Cristo.

"Não o fiz imediatamente porque ainda confiava, até há pouco, que o governo do meu país, informado após o meu regresso de todo o processo de coação e desacato contra a embaixada do Brasil, se incumbisse, ele próprio, de desagravar e desafrontar a sua representação diplomática num país estrangeiro. Porém, as vacilações dos dirigentes do meu país durante os últimos meses e, afinal, as suas decisões na hora presente de identificar o governo brasileiro com a ditadura portuguesa, sob a pressão daqueles mesmos processos, vieram assegurar-me a certeza de que sou eu mesmo, com o apoio da opinião pública brasileira, que deverei dar início à indispensável reparação moral de desagravo e desafronta. Faço-o, como primeiro gesto, com esta devolução da Grã-Cruz de Cristo.

"Cumpro-me testemunhar, por fim, sr. embaixador, que este ato, significando repúdio ao governo salazarista, representa, consequentemente, homenagem e solidariedade ao povo português, oprimido na vida interna do seu país e deslustrado na situação internacional pela mais antiga ditadura existente sobre a face da terra." (a) Alvaro Lins.

## Serviços de Informação Internacional "Portugal Democrático"

Acaba de ser fundada, no Rio de Janeiro (Av. Rio Branco, 185/209) a organização "Serviços de Informação Internacional Portugal Democrático". Os objetivos que visa ficam bem explicitados em sua primeira carta-circular datada de 23 de junho de 1960, e da qual transcrevemos os trechos mais importantes:

"Historiar as origens da presente iniciativa seria longo e maçador, além do mais supérfluo. Causa suficiente, é a ditadura ignominiosa que há 34 anos oprime Portugal. A libertação de Portugal, com o que isso significa de paz cívica, dignidade e progresso social e político, é o objetivo único.

Uma das constantes que tem assistido à ditadura portuguesa, é a posição internacional de que sempre desfrutou. Constante, evidentemente, porque, salvo raras exceções, sempre lhe tem sido favorável. Constante, também, porque a Oposição, ligada inexoravelmente às situações geo-políticas que a geraram, nunca pôde até há pouco tempo aproveitar-se das condições internacionais para reforçar a sua capacidade interna.

Mesmo uma análise não muito profunda das situações interna e internacional que hoje vivemos leva facilmente a duas conclusões: a) estão maduras algumas questões que colocam a ditadura em posições internacionais dificilmente superáveis.

b) a Oposição dispõe de elementos de apoio em alguns países, nomeadamente no Brasil, que podem servir de base a um aperfeiçoamento do seu trabalho — eliminar ou dificultar os estímulos externos da ditadura, — capitalizar para si a evolução favorável à democracia que se verifica no mundo.

Não é nossa idéia — queremos que fique bem claro, transferir a luta de oposição à ditadura salazarista para fora de Portugal. Ao contrário, pensamos que o centro

da luta e das decisões continuará a ser entre o Minho e o Algarve. Muito menos consideramos que meras atitudes de poderes constituídos ou simples movimentos da opinião pública internacional podem por si só substituir regimes políticos, mormente, nas condições que nos são peculiares. Tudo o que pensamos, é ser chegado o momento de podermos dar uma participação mais ativa à luta pela instauração de um regime de legalidade democrática em Portugal.

Com o objetivo acima descrito, ligados solidariamente às organizações portuguesas democráticas mais antigas, e prestigiadas do Brasil, e integrados na organização "Portugal Democrático", resolvemos pôr em marcha esta nova iniciativa que, com a necessária ajuda de todos, poderá desempenhar papel relevante na obtenção da vitória final.

Para que estes Serviços levem a bom termo a sua missão são necessárias várias condições, a saber:

- 1) condições financeiras
- 2) elementos de informação sólidos e documentados
- 3) ligações com os diversos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo.
- 4) contactos com os jornais e outros meios de informação pública através dos quais as nossas notícias e artigos possam ser divulgados — Estados Unidos, França, Inglaterra, Venezuela, Brasil, etc.
- 5) contactos com os meios oficiais e oficiosos de determinados países que nos facilitem as tribunas oficiais da ONU e outras."

Congratula-se a nossa redação com o surgimento dos "S.I.I.P.D." que visam ampliar para o âmbito internacional o trabalho de mobilização contra a ditadura salazarista em que, há precisamente quatro anos, se empenha PORTUGAL DEMOCRÁTICO, jornal brasileiro dos anti-fascistas portugueses.

### OS DEMOCRATAS PORTUGUESES AGRADECEM A AURELIO VIANA

O Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, o Centro Republicano Português e o jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO enviaram ao Deputado Aurélio Viana um telegrama concebido nos seguintes termos, a propósito da sua apreciação, na Câmara Federal, do Tratado de Amizade e Consulta e do seu pronunciamento sobre os inconvenientes da visita do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal:

"Democratas portugueses residentes no Brasil agradecem desasombradas palavras de V. Exa. em defesa da verdadeira Comunidade luso-brasileira, saudando na pessoa de V. Exa. o povo do Brasil que tão compreensivamente vem cooperando na luta contra o fascismo de Salazar.

Pelo Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses — João Sarmento Pimentel. Pelo Centro Republicano Português — João Alves das Neves — Pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO — Carlos Cruz."

### TELEGRAMA A ALVARO LINS

Fazemos votos sinceros pelo pronto restabelecimento saúde Vossa Excelência.

Respeitosos cumprimentos.

(as.) Pelo Comité de Intelectuais e Artistas Portugueses: JOAO SARMENTO PIMENTEL. Pela Diretoria do Centro Republicano Português: JOAO ALVES NEVES. Pela Redação de PORTUGAL DEMOCRÁTICO: FERNANDO LEMOS.

### PROTESTO CONTRA JULGAMENTO POLITICO

O jornal "The Star", que se publica em Joanesburgo, em sua edição de 26/6/60, dá guarida a um telegrama de Londres sobre o protesto do Comité das Organizações Africanas, dirigido ao Almirante Tomás, contra o julgamento secreto de 57 líderes políticos, no Tribunal Militar de Luanda. O telegrama protestava igualmente contra o envio, sem julgamento, de centenas de patriotas para campos de concentração. O Comité exigia também a libertação de todos os presos políticos e a saída da África de tropas e da Pide, e responsabilizava o governo de Salazar pelas graves consequências que resultam da continuação da política de repressão brutal e de opressão fascista. O Comité das Organizações Africanas anunciava também que o sr. Chicomuami Mahala, um líder nacionalista de Moçambique, era um dos oradores na reunião do Dia da Libertação da África do Sul, em Trafalgar Square, em 26 de Junho.

### MOVIMENTO PRÓ-ANISTIA

Correspondendo ao nosso apêlo no sentido de angariar donativos para custear as despesas de deslocação do Delegado brasileiro à Europa, recebemos as seguintes importâncias:

U.S.A. (US\$25,00)	Cr\$ 4.550,00
Albano Carvalho Cunha	350,00
Armando Gomes Bastos	1.000,00
Humberto Machado	330,00
Um Tripeiro	1.000,00
José Luiz Antunes	1.000,00
Mario Veloso	30,00
	8.260,00

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

— um jornal português que não é submetido à censura.

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Este jornal não dispõe de qualquer subsídio: sua vida depende de todos os portugueses que desejam vigore em nosso País um regime à altura das suas tradições democráticas. A forma mais imediata de o ajudar consiste em subscriver uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Assinatura anual ... 200,00  
Assinatura especial ... 500,00  
Número avulso ... 5,00

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável  
Otávio Martins de Moura

### REDAÇÃO

Presidente de Honra  
João Sarmento Pimentel

### Conselho

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

Conselho de Administração  
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra.

### REPRESENTANTES

### RIO DE JANEIRO

### SUCURSAL:

Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509  
Edif. Marquês de Herval  
Telefone: 22.9224  
ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12,0, s/ 1201 — Caixa Postal 2.599 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beech Road — Cambridge — England

CANADA: Comité dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontario — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR. — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — "Agrupação de Portugueses Democratas" — Colônia 1.013 - P. 7 — Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Hotel "International" — Praha 6 — Dejvice.

### REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37.0933 — São Paulo

### EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.  
Sábados: das 15 às 18 horas.

Número avulso Cr\$ 5,00  
Assinatura especial: Cr\$ 500,00  
Ass. p/ o Exterior: \$3,00 U.S.

Ano IV — N° 39 - Agosto de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.